



**PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA**

**COBRANÇA PELO USO DOS
RECURSOS HÍDRICOS**

UGRHI 17



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Diretoria Executiva | CBH-MP:

Presidente

Prefeitura Municipal de Palmital
REINALDO CUSTÓDIO DA SILVA
prefeitoreinaldo@palmital.sp.gov.br

Vice-Presidente

ONG SALVAR - "A Salvação de um Rio"
MANUEL AMILCAR DOS SANTOS QUEIROZ
masqueiroz51@gmail.com

Secretaria Executiva

Departamento de Águas e Energia Elétrica
EDSON GERALDO SABBAG
esabbag@sp.gov.br

Apoio Técnico:

Secretaria Executiva do CBH-MP:

DAEE / Diretoria da Bacia do Peixe Paranapanema

Suraya Damas O. Modaelli - Engenheira Civil
Rafael Carrion Montero - Engenheiro Ambiental
Carolina Mota Aguiar - Socióloga
Emílio Carlos Prandi - Geólogo
Juliana Martinhão Ignácio - Oceanóloga
Carlos Eduardo Secchi Camargo - Geógrafo

GT-COB - Grupo Técnico da Cobrança

DAEE

Emílio Carlos Prandi

CETESB

Valdevino de Castro

USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS | SABESP

José Ronaldo Piotto

USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS | UDOP

Patrícia Ferrari Paulino

USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS | ÚNICA

Fernando Luiz Quagliato Filho

USUÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS | CIESP

Aparecido Fernandes Júnior

MUNICÍPIO OPERADO PELA SABESP | PARAGUAÇU PAULISTA

Patrícia Barboza Fazano Duarte

MUNICÍPIO COM SERVIÇO AUTÔNOMO DE ABASTECIMENTO | OURINHOS

José Odilon Ferreira Almeida



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS UGRHI's 20 e 21 <i>PERGUNTAS E RESPOSTAS</i>	01
LEI ESTADUAL Nº 7.663/1991 <i>Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos</i>	09
LEI ESTADUAL Nº 12.183/2005 <i>Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências</i>	24
DECRETO ESTADUAL Nº 50.667/2006 <i>Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</i>	30
ANEXO DECRETO ESTADUAL Nº 50.667/2006 <i>a que se referem os artigos 10, 11 e 12</i>	41
Resolução SERHS/SMA/001/2006 <i>Dispõe sobre procedimentos integrados para expedição de retificações ou ratificações dos atos administrativos, relativos aos usos dos recursos hídricos do DAEE e do licenciamento da CETESB, ou de novos atos dessas entidades, para atendimento ao artigo 7º do Decreto Estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006 e dá outras providências</i>	43
ANEXO Resolução SERHS/SMA/001/2006 <i>NOTA TÉCNICA - Estabelecimento de redutor ao valor atribuído ao Coeficiente Ponderador Y3 nos casos em que o efluente lançado ao corpo receptor corresponda a uma qualidade superior ao padrão estabelecido em legislação e normas complementares, como determina a Deliberação CRH nº 63 de 04 de setembro de 2006</i>	45
Deliberação CRH/090/2008 <i>Aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo</i>	47
ANEXO 1 - Deliberação CRH/090/2008 <i>FLUXOGRAMA DE PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COBRANÇA</i>	50
ANEXO 2 - Deliberação CRH/090/2008 <i>VALORES PARA OS COEFICIENTES PONDERADORES</i>	51
1. COEFICIENTES PONDERADORES PARA CAPTAÇÃO, EXTRAÇÃO E DERIVAÇÃO	51
2. COEFICIENTES PONDERADORES PARA CONSUMO	52
3. COEFICIENTES PONDERADORES PARA DILUIÇÃO, TRANSPORTE E ASSIMILAÇÃO DE EFLUENTES (CARGA LANÇADA)	52
Deliberação CRH/111/2009 <i>Estabelece conteúdo mínimo dos estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo a ser apresentado pelos Comitês de Bacias para referendo do CRH</i>	53
Deliberação CRH/123/2011 <i>Prorroga a validade da Deliberação CRH nº 90 de 10 de dezembro de 2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo</i>	56



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

A cobrança pela utilização dos recursos hídricos está respaldada no **Código Civil**, que prevê a remuneração pela utilização dos **bens públicos de uso comum**, no **Código de Águas**, ao dispor que o uso comum das águas pode ser gratuito ou retribuído, e na **Política de Meio Ambiente**, que adota o princípio do usuário-pagador aplicado aos recursos naturais. Em rios de domínio do Estado de São Paulo, a cobrança é regida pela **Lei 12.183/2005**, tendo como princípios a simplicidade, a progressividade e a aceitabilidade, e os principais objetivos:

- Reconhecer a **água como um bem público de valor econômico**, dando ao usuário uma indicação de seu real valor;
- Incentivar o uso racional e sustentável da água;
- Obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e de saneamento;
- Utilizar a cobrança da água como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.

O instrumento de gestão refere-se ao estabelecimento de um **valor para a água**, possibilitando que cada usuário avalie melhor o uso que faz dela. É fundamentalmente um instrumento de conscientização para a melhor gestão da água, resultante de um processo de negociação entre os diversos agentes e setores sociais de determinada bacia hidrográfica, no qual serão estabelecidos valores para os diversos usos. A cobrança pelo uso dos recursos hídricos implica na arrecadação de recursos para financiamento de ações consideradas prioritárias para a melhoria dos aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos hídricos, conforme estabelecido pelo Plano de Bacias, aprovado pelo respectivo Comitê de Bacias.

Até o momento, só estão sujeitos à cobrança os **usos urbanos e industriais**, cuja regulamentação se deu pelo **Decreto Estadual 50.667/2006**. A cobrança de usuários rurais carece de regulamentação ainda sem prazo para implantação. Estarão sujeitos à cobrança todos os usuários que utilizam os **recursos hídricos superficiais e subterrâneos**, seja captando-os diretamente de um curso d'água ou nele dispondo efluentes, e que dependam de outorga para o direito de uso.

Para melhor entendimento deste tema foi montado uma série de **PERGUNTAS E RESPOSTAS** adaptada da cartilha: *"Tudo o que você queria saber sobre a cobrança pelo uso da água e não tinha a quem perguntar"*. A cartilha é um dos produtos resultantes do Projeto FEHIDRO "Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004/07 e Regulamentação da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos", coordenado pelo DAEE e elaborado pelo Consórcio JMR/Engecorps.

- 01 - O que é cobrança?
- 02 - Por que cobrar pelo uso da água?
- 03 - Quais são os objetivos da implantação da cobrança?
- 04 - As pessoas e as empresas já não pagam pela água que usam? Qual o sentido de cobrar mais?
- 05 - Quem são usuários de recursos hídricos sujeitos à cobrança?
- 06 - Quem vai pagar pelo uso dos recursos hídricos?
- 07 - O que é outorga de direito de uso?
- 08 - E alguém está isento de pagar pelo uso da água?
- 09 - O que é cobrado?
- 10 - Como são definidos os valores a serem cobrados?
- 11 - Onde serão obtidos os valores de captação, consumo e lançamento de cada usuário para a cobrança?
- 12 - Quem é a entidade responsável por administrar os recursos da cobrança?
- 13 - Para onde vão os recursos arrecadados?
- 14 - Quem pode utilizar os recursos arrecadados?
- 15 - Como são aplicados os recursos arrecadados?



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

1 - O que é cobrança?

A Política Estadual de Recursos Hídricos - a Lei 7663, de 30 de dezembro de 1991, estabelece os instrumentos de gestão, dentre os quais:

- a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos - um instrumento de controle, através do qual o Poder Público autoriza alguém a utilizar, privativamente, em detrimento dos demais usuários, o recurso hídrico, seja para captação, consumo, derivação ou para transporte ou assimilação de efluentes tratados;
- a cobrança pelo uso dos recursos hídricos - um mecanismo voltado a dar racionalidade econômica à utilização do recurso hídrico, sendo também considerada um instrumento de auto-geração de recursos financeiros para os serviços e obras de proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos;
- infrações e penalidades - correspondem ao exercício do poder de polícia do Poder Público, com vistas a corrigir situações onde se observa o descumprimento das normas de prevenção.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos está respaldada no Código Civil, que prevê a remuneração pelo uso dos bens públicos de uso comum, no Código de Águas, ao dispor que o uso comum das águas pode ser gratuito ou retribuído, e na Política de Meio Ambiente, que adota o princípio do usuário-pagador aplicado aos recursos naturais. Assim, **a cobrança é um preço público, fixado a partir de pacto estabelecido entre os integrantes do CBH, pela utilização de um bem público.**

2 - Por que cobrar pelo uso da água?

A água sempre foi considerada um recurso natural infinito. No entanto, o **crescimento da população e da atividade econômica vem exigindo cada vez mais de nossas reservas, que são finitas**. Desta forma, o **Brasil**, como diversos **outros países**, começa a sentir **necessidade de estabelecer limites** ao consumo dos nossos recursos hídricos, bem como identificar todos aqueles que se utilizam desse bem público que começa a se tornar escasso.

3 - Quais são os objetivos da implantação da cobrança?

A cobrança visa obter mudança no comportamento dos usuários, com os seguintes objetivos:

- I - reconhecer a água como bem público de valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar o uso racional e sustentável da água, coibindo os desperdícios e o uso indevido dos recursos hídricos que acarretam prejuízos ambientais no curto, médio e longo prazos, além de comprometer o seu aproveitamento pelas gerações futuras (uso racionalizado, moderado e não poluído);
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e saneamento, vedada sua transferência para custeio de quaisquer serviços de infra-estrutura;
- IV - distribuir o custo sócio-ambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água, de modo a promover a cooperação entre agentes, no sentido da conservação dos recursos hídricos e da indução de mudanças no comportamento da sociedade em geral;
- V - constituir instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos, de modo a promover o desenvolvimento no Estado, utilizando-a como mais um instrumento integrado aos mecanismos de ordenamento da ocupação territorial, redistribuição e/ou indução de



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

atividades econômicas e redução dos processos de degradação e sobrecarga dos recursos ambientais.

4 - As pessoas e as empresas já não pagam pela água que usam? Qual o sentido de cobrar mais?

Na realidade, **ninguém paga pela água que usa. O que é cobrado na conta de água é o serviço prestado pelas empresas de abastecimento:** captação, tratamento e distribuição da água. Pagamos apenas para que essas empresas façam chegar água às nossas torneiras. A quantidade de água captada diretamente do rio até agora não era cobrada, da mesma forma que o lançamento de esgotos e efluentes industriais nos corpos d'água.

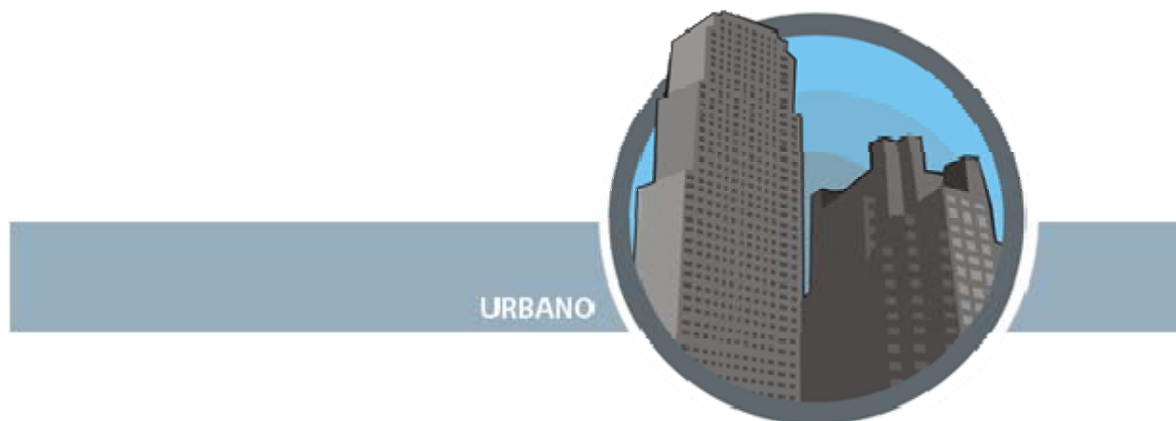
A cobrança pelo uso da água não é um imposto!

...Mas sim um preço público, estabelecido a partir de um pacto entre os usuários da água, sociedade civil e poder público no âmbito do Comitê de Bacia Hidrográfica, instância regional de gestão. A sensibilização dos usuários é o ponto chave do processo e deve haver interação e negociação entre os promotores e executores diretamente responsáveis pela implementação da cobrança, com os diversos agentes e setores sociais. É fundamental que seja oferecida à sociedade condições de expor, criticar, debater e manifestar suas expectativas e aspirações acerca desse inédito instrumento de gestão, para que sejam efetivamente alcançados os objetivos e metas estabelecidos para a bacia hidrográfica, bem como a conscientização para a proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos.

5 - Quem são usuários de recursos hídricos sujeitos à cobrança?

São usuários de recursos hídricos **todos aqueles que realizam captação ou derivação de água superficial e extração de água subterrânea** e dependem de outorga do direito de uso para utilização da água no abastecimento humano, industrial, agrícola, bem como aqueles que lançam efluentes em corpos d'água.

Para efeito de cobrança, são considerados usuários/ usos da água, devidamente outorgados: **Urbano, Industrial e Rural.**



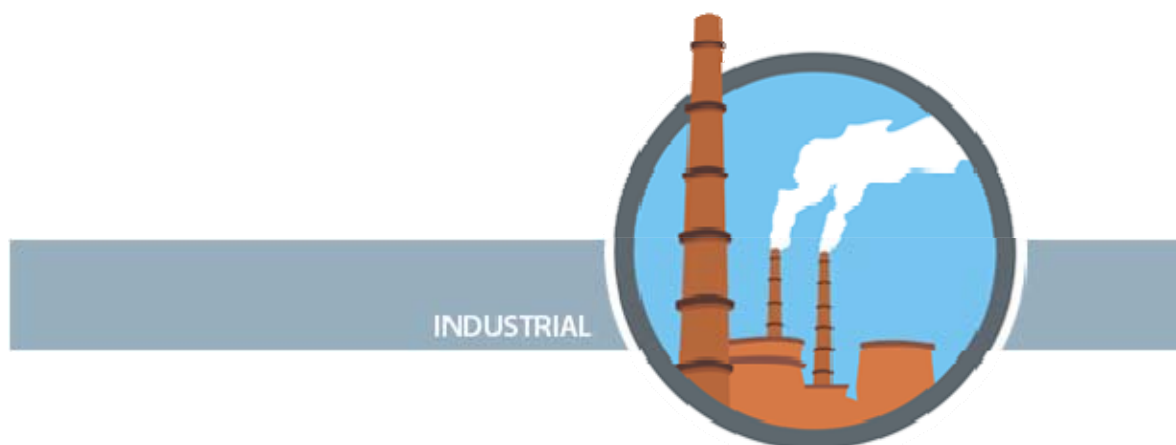
Usuário urbano, público ou privado: abrange toda captação, derivação ou extração de água destinada predominantemente ao uso humano, bem como o consumo de água e o lançamento de efluentes tratados em corpos d'água, em qualquer trecho do rio.



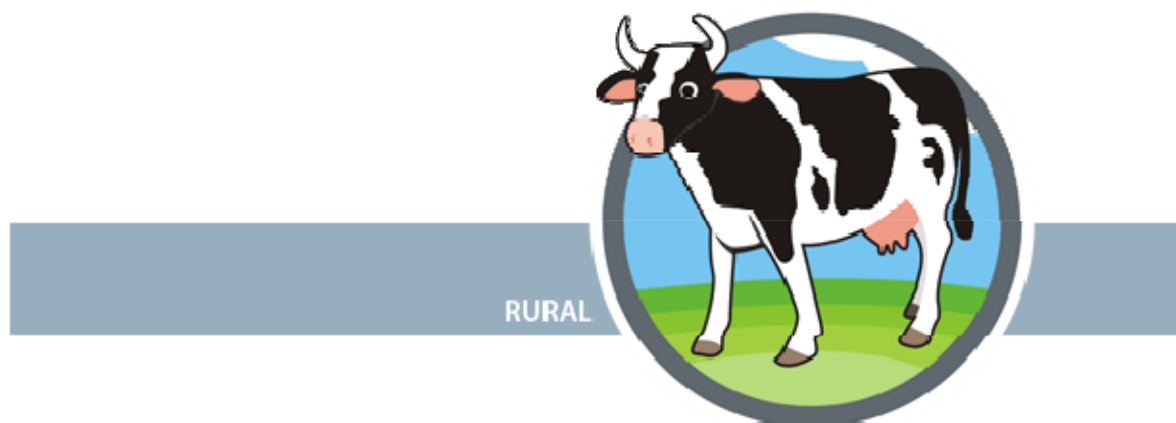
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Nesta categoria incluem-se sistemas públicos e privados de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, condomínios, postos de gasolina, hospitais, escolas, hotéis, comércio em geral.



Usuário industrial: abrange toda captação, derivação ou extração de água, bem como o consumo de água e o lançamento de efluentes tratados em corpos d'água, pelo setor industrial. Dentre estes, inserem-se as atividades de mineração, agroindústria e indústria de transformação em geral.



Usuário rural: pessoas físicas ou jurídicas que utilizam recursos hídricos nas atividades agrícola, pecuária, aquicultura e produção florestal. Até o momento, só estão sujeitos à cobrança os **usos urbanos e industriais**, cuja regulamentação se deu pelo **Decreto Estadual 50.667/2006**. A cobrança de usuários rurais carece de regulamentação ainda sem prazo para implantação.

6 - Quem vai pagar pelo uso dos recursos hídricos?

Estarão sujeitos à cobrança **todos os usuários que utilizam os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos**, e que dependam de outorga pelo direito de uso. Quem pagará será o usuário que capta água diretamente de um curso d'água ou nele lança efluentes.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

7 - O que é outorga de direito de uso?

A outorga é um ato administrativo de autorização ou concessão, mediante o qual o Poder Público faculta ao outorgado o uso do recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato. É a **maneira de se garantir a distribuição mais equitativa da água entre os diversos usos** dentro de uma bacia. Ela garante o direito de uso dos recursos hídricos, mas não cobra pela sua propriedade ou pelo seu consumo.

Não existe cobrança pelo uso da água sem que haja outorga.

São isentos de outorga: (Art. 1º do Decreto Estadual nº41.258/96 e Portaria DAEE nº2.292/06)

- o uso de recursos hídricos destinados às necessidades domésticas de propriedades e de pequenos núcleos populacionais localizados no meio rural;
- as acumulações de volumes de água, as vazões derivadas, captadas ou extraídas e os lançamentos de efluentes que, isolados ou em conjunto, por seu pequeno impacto na quantidade de água dos corpos hídricos, possam ser considerados insignificantes. (volume não pode ultrapassar 5 m³ por dia).

8 - E alguém está isento de pagar pelo uso da água?

Estão **isentos de cobrança os usos considerados insignificantes**. Segundo art. 5º, § 1º, do Decreto nº 50.667/06, ficam isentos da cobrança:

1. os usuários que se utilizam da água para uso doméstico de propriedades ou pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural quando independer de outorga de direito de uso, conforme dispuser ato administrativo do Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.
2. os usuários com extração de água subterrânea em vazão inferior a cinco metros cúbicos por dia que independem de outorga, conforme disposto no artigo 31, § 3º, do Decreto nº 32.955, de 7 de fevereiro de 1991.

Além das isenções já mencionadas, outros critérios específicos de vazões ou acumulações de volume de água que possam ser considerados insignificantes para a cobrança, em virtude de suas características regionais, deverão ser deliberados pelos Comitês de Bacia.

Vale lembrar que no caso do abastecimento público, a cobrança pelo uso da água não incide no usuário final. Entretanto, a empresa de abastecimento do município é que será cobrada. Essas empresas poderão repassar esse custo “extra” para os consumidores, exceto aqueles que comprovem viver com baixa renda, isto é, aqueles classificados na “tarifa social” pelas empresas de saneamento ou os inscritos em programas sociais do Governo.

Estudos realizados nos Comitês em que a cobrança encontra-se implementada, mostram que o impacto na conta de água é de cerca de R\$2,00, por usuário/ano, evidenciando o caráter educativo da cobrança, demonstrando, assim, não se tratar de um instrumento de arrecadação financeira.

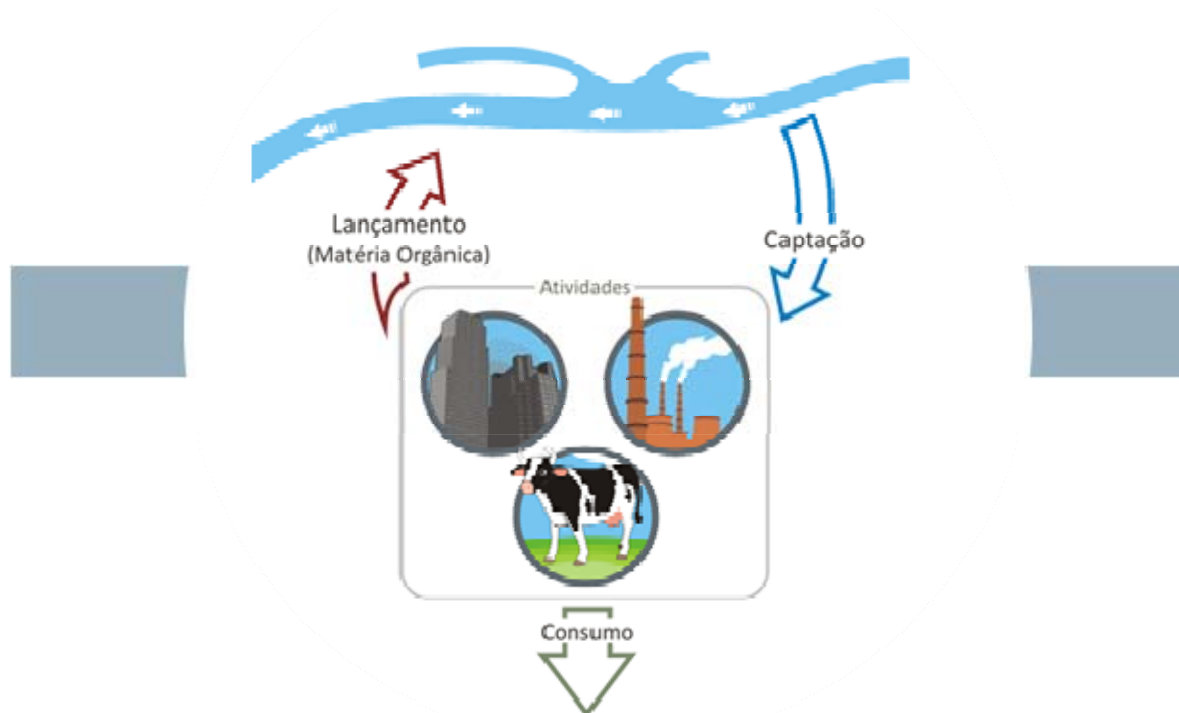
9 - O que é cobrado?

No Estado de São Paulo, segundo o Decreto nº 50.667/06, a cobrança é baseada em três parâmetros, expressos em termos de volume: **captação, consumo e lançamento**.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA



Para cada um desses parâmetros, o Comitê de Bacia Hidrográfica estabelece um **PUB – Preço Unitário Básico**. Esse preço é uma unidade de medida de referência para cada parâmetro.

10 - Como são definidos os valores a serem cobrados?

Os PUBs são multiplicados por Coeficientes Ponderadores, que estão definidos no Artigo 12º do Decreto 50.667/06. Coeficientes Ponderadores são valores estabelecidos pelo CBH para detalhes específicos do uso da água, de modo a atribuir pesos diferentes para as situações específicas de cada bacia. Assim, a partir da multiplicação dos PUBs por esses diversos coeficientes, obtém-se o PUF – Preço Unitário Final, de cada parâmetro - Captação, Consumo e Lançamento de Esgoto.

Os valores médios para os PUBs nas bacias hidrográficas onde a cobrança já foi aprovada no Estado de São Paulo são:

- R\$ 0,01** por m³ de água captada, extraída ou derivada;
- R\$ 0,02** por m³ de água consumida; e
- R\$ 0,10** por kg de DBO_{5,20} (matéria orgânica) lançada.

A legislação estabelece alguns limites a serem adotados pelos CBHs, estabelecendo tetos para os PUFs de captação e consumo e também para o valor total a ser pago por lançamento:

- $PUF_{CAP} = 0,001078 \text{ UFESP/m}^3 = \text{R\$ } 0,01770076/\text{m}^3$
- $PUF_{CONS} = 2 \times PUF_{CAP}$
- $\text{Valor}_{lan\tilde{c}} = 3 \times (\text{Valor captação} + \text{Valor consumo})$



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Para estabelecer o preço que um usuário irá pagar, basta calcular a quantidade de água captada e consumida e a quantidade de esgoto lançado, e multiplicar por seus respectivos PUFs. A soma desses três resultados é o valor total da cobrança.

$$\begin{aligned} & \text{PUF}_{\text{CAP}} \times \text{Quantidade de Água Captada (m}^3\text{)} \\ & + \\ & \text{PUF}_{\text{CONS}} \times \text{Quantidade de Água Consumida (m}^3\text{)} \\ & + \\ & \text{PUF}_{\text{LANC}} \times \text{Quantidade de Esgoto Lançado (kgDBO)} \\ & = \\ & \text{VALOR TOTAL DA COBRANÇA} \end{aligned}$$

11 - Onde serão obtidos os valores de captação, consumo e lançamento de cada usuário para a cobrança?

Especificamente para a **cobrança pelo uso da água**, é criado um cadastro de usuários que congrega dados do **DAEE**, da **CETESB** e dos **CBHs**. Previamente ao início da cobrança, é realizado o Ato Convocatório, um período de 90 dias no qual um sistema contendo o cadastro específico é disponibilizado na internet.

Durante o Ato Convocatório, os usuários devem acessar o sistema e verificar seus dados. Os usuários que já possuem outorga de uso da água devem ratificar ou retificar seus dados, e novos usuários devem se cadastrar no sistema. Os valores declarados serão utilizados como base para o cálculo da cobrança e serão considerados como protocolo de pedido de regularização de outorga de recursos hídricos. A partir da emissão do protocolo de outorga, o usuário terá o prazo de noventa dias, passível de prorrogação até 365 dias, a seu pedido e a critério do DAEE, para apresentar a documentação exigida na legislação.

No período compreendido entre a declaração de uso de recursos hídricos e o ato de deferimento ou indeferimento da outorga de recursos hídricos, emitido pelo DAEE, o usuário não estará sujeito à penalidade prevista no inciso II do artigo 12 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, sobre os usos declarados.

12 - Quem é a entidade responsável por administrar os recursos da cobrança?

Em todo o Estado de São Paulo, a entidade responsável pela cobrança é a **Agência de Bacia Hidrográfica**. Nas unidades de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHI) onde não houver Agência de Bacia, a cobrança será realizada pela entidade responsável pela outorga de direito de uso da água, ou seja, o **Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE**.

13 - Para onde vão os recursos arrecadados?

Os recursos arrecadados são utilizados nas próprias bacias em que são arrecadados, para financiar as ações necessárias ao cumprimento das metas estabelecidas em seus **Planos de Bacias aprovados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica**.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA

COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

14 - Quem pode utilizar os recursos arrecadados?

Segundo o **Decreto nº 50.667/06**, poderão habilitar-se à obtenção dos recursos provenientes da cobrança:

- I - pessoas jurídicas de direito público, da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios de São Paulo;
- II - concessionárias e permissionárias de serviços públicos, com atuação nos campos do saneamento, no meio ambiente ou no aproveitamento múltiplo de recursos hídricos;
- III - consórcios intermunicipais regularmente constituídos;
- IV - entidades privadas sem finalidades lucrativas, usuárias ou não de recursos hídricos, com constituição definitiva há pelo menos quatro anos, nos termos da legislação pertinente, que detenham entre suas finalidades principais a proteção ao meio ambiente ou atuação na área de recursos hídricos e com atuação comprovada no âmbito do Estado ou da bacia hidrográfica objeto da solicitação de recursos;
- V - pessoas jurídicas de direito privado, usuárias de recursos hídricos;
- VI - Agências de Bacias Hidrográficas;
- VII - outros órgãos ou entidades com representação nas diversas instâncias do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, mediante indicação ao FEHIDRO pelos CBHs ou CRH e desde que atendam aos requisitos estabelecidos no inciso IV.

15 - Como são aplicados os recursos arrecadados?

O **Decreto nº 50.667/06** estabelece que os recursos financeiros sejam destinados à bacia hidrográfica em que forem arrecadados, devendo ser aplicados em planos, projetos e obras que tenham por objetivo gerenciar, controlar, fiscalizar e recuperar os recursos hídricos. Os planos, projetos e obras são definidos pelos CBHs no Plano de Bacia da UGRHI, no qual são estabelecidas as prioridades e necessidades quanto ao saneamento, conservação de mananciais, monitoramento e controle, educação ambiental, aprimoramento institucional, etc. Até 10% dos recursos arrecadados com a cobrança poderão ser utilizados para despesas de custeio e pessoal, em conformidade com o plano anual de aplicação, aprovado pelo Comitê de Bacia.

Fonte das informações citadas até este ponto:
<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/cobranca/index.html>



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

LEI ESTADUAL Nº 7.663/1991
30 DE DEZEMBRO DE 1991

Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

Da Política Estadual de Recursos Hídricos

CAPÍTULO I

Objetivos e Princípios

SEÇÃO I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - A Política Estadual de Recursos Hídricos desenvolver-se-á de acordo com os critérios e princípios adotados por esta lei.

Artigo 2º - A Política Estadual de Recursos Hídricos tem por objetivo assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo.

Artigo 3º - A Política Estadual de Recursos Hídricos atenderá aos seguintes princípios:

- I - gerenciamento descentralizado, participativo e integrado, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das fases meteórica, superficial e subterrânea do ciclo hidrológico;
- II - a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
- III - reconhecimento do recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades das bacias hidrográficas;
- IV - rateio do custo das obras de aproveitamento múltiplo de interesse comum ou coletivo, entre os beneficiados;
- V - combate e prevenção das causas e dos efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;
- VI - compensação aos municípios afetados por áreas inundadas resultantes da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção de recursos hídricos;
- VII - compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

SEÇÃO II
Das Diretrizes da Política

Artigo 4º - Por intermédio do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, o Estado assegurará meios financeiros e institucionais para atendimento do disposto nos artigos 205 a 213 da Constituição Estadual e especialmente para:

- I - utilização racional dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, assegurado o uso prioritário para o abastecimento das populações;
- II - maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;
- III - proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro;
- IV - defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas assim como prejuízos econômicos e sociais;
- V - desenvolvimento do transporte hidroviário e seu aproveitamento econômico;
- VI - desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção das águas subterrâneas contra poluição e superexploração;
- VII - prevenção da erosão do solo nas áreas urbanas e rurais, com vistas à proteção contra a poluição física e o assoreamento dos corpos d'água.

Artigo 5º - Os municípios, com áreas inundadas por reservatórios ou afetados por seus impactos ou aqueles que vierem a sofrer restrições por força da instituição pelo Estado de leis de proteção de mananciais, de áreas de proteção ambiental ou outros espaços territoriais especialmente protegidos, terão programas de desenvolvimento promovidos pelo Estado.

§ 1º - Os programas de desenvolvimento serão formulados e vincular-se-ão ao uso múltiplo dos reservatórios ou ao desenvolvimento regional integrado ou à proteção ambiental.

§ 2º - O produto da participação ou a compensação financeira do Estado, no resultado da exploração de potenciais hidro energéticos em seu território, será aplicado, prioritariamente, nos programas mencionados no "caput" sob as condições estabelecidas em lei específica e em regulamento.

§ 3º - O Estado incentivará a formação de consórcios entre os municípios tendo em vista a realização de programas de desenvolvimento e de proteção ambiental, de âmbito regional.

Artigo 6º - O Estado promoverá ações integradas nas bacias hidrográficas tendo em vista o tratamento de efluentes e esgotos urbanos, industriais e outros, antes do lançamento nos corpos d'água, com os meios financeiros e institucionais previstos nesta lei e em seu regulamento.

Artigo 7º - O Estado realizará programas conjuntos com os municípios, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e econômico-financeira, com vistas a:

- I - instituição de áreas de proteção e conservação das águas utilizáveis para abastecimento das populações;
- II - implantação, conservação e recuperação das áreas de proteção permanente e obrigatória;
- III - zoneamento das áreas inundáveis, com restrições a usos incompatíveis nas áreas sujeitas a inundações frequentes e manutenção da capacidade de infiltração do solo;
- IV - implantação de sistemas de alerta e defesa civil para garantir a segurança e a saúde públicas, quando de eventos hidrológicos indesejáveis;
- V - racionalização do uso das águas destinadas ao abastecimento urbano, industrial e à irrigação;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- VI - combate e prevenção das inundações e da erosão;
- VII - tratamento de águas residuárias, em especial dos esgotos urbanos.

Artigo 8º - O Estado, observados os dispositivos constitucionais relativos à matéria, articulará com a União, outros Estados vizinhos e municípios, atuação para o aproveitamento e controle dos recursos hídricos em seu território, inclusive para fins de geração de energia elétrica, levando em conta, principalmente:

- I - a utilização múltipla dos recursos hídricos, especialmente para fins de abastecimento urbano, irrigação, navegação, aquicultura, turismo, recreação, esportes e lazer;
- II - o controle de cheias, a prevenção de inundações, a drenagem e a correta utilização das várzeas;
- III - a proteção de flora e fauna aquáticas e do meio ambiente.

CAPÍTULO II
Dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos

SEÇÃO I
Da Outorga de Direitos de Uso dos Recursos Hídricos

Artigo 9º - A implantação de qualquer empreendimento que demande a utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, a execução de obras ou serviços que alterem seu regime, qualidade ou quantidade dependerá de prévia manifestação, autorização ou licença dos órgãos e entidades competentes.

Artigo 10 - Dependerá de cadastramento e da outorga do direito de uso a derivação de água de seu curso ou depósito, superficial ou subterrâneo, para fins de utilização no abastecimento urbano, industrial, agrícola e outros, bem como o lançamento de efluentes nos corpos d'água, obedecida a legislação federal e estadual pertinentes e atendidos os critérios e normas estabelecidos no regulamento.

Parágrafo único - O regulamento desta lei estabelecerá diretrizes quanto aos prazos para o cadastramento e outorga mencionados no "caput" deste artigo.

SEÇÃO II
Das Infrações e Penalidades

Artigo 11 - Constitui infração às normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos:

- I - derivar ou utilizar recursos hídricos para qualquer finalidade, sem a respectiva outorga de direito de uso;
- II - iniciar a implantação ou implantar empreendimento relacionado com a derivação ou utilização de recursos hídricos, superficiais ou subterrâneos, que implique alterações no regime, quantidade e qualidade dos mesmos, sem autorização dos órgãos ou entidades competentes;
- III - deixar expirar o prazo de validade das outorgas sem solicitar a devida prorrogação ou revalidação;
- IV - utilizar-se dos recursos hídricos ou executar obras ou serviços relacionados com os mesmos em desacordo com as condições estabelecidas na outorga;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- V - executar a perfuração de poços profundos para a extração de água subterrânea ou operá-los sem a devida autorização;
- VI - fraudar as medições dos volumes de água utilizados ou declarar valores diferentes dos medidos;
- VII - infringir normas estabelecidas no regulamento desta lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos ou entidades competentes.

Artigo 12 - Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação de recursos hídricos de domínio ou administração do Estado de São Paulo, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente da sua ordem de enumeração:

- I - advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;
- II - multa, simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de 100 (cem) a 1000 (mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, ou qualquer outro título público que o substituir mediante conservação de valores;
- III - intervenção administrativa, por prazo determinado, para execução de serviços e obras necessárias ao efetivo cumprimento das condições de outorga ou para o cumprimento de normas referentes ao uso, controle, conservação e proteção dos recursos hídricos;
- IV - embargo definitivo, com revogação da outorga, se for o caso, para repor incontinenti, no seu antigo estado, os recursos hídricos, leitos e margens, nos termos dos artigos 58 e 59 do Código de Águas ou tamponar os poços de extração de água subterrânea.

§ 1º - No caso dos incisos III e IV, independentemente da pena de multa, serão cobradas do infrator as despesas em que incorrer a Administração para tornar efetivas as medidas previstas nos citados incisos, na forma dos artigos 36, 53, 56 e 58 do Código de Águas, sem prejuízo de responder pela indenização dos danos a que der causa.

§ 2º - Sempre que da infração cometida resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, a multa a ser aplicada nunca será inferior à metade do valor máximo cominado em abstrato.

§ 3º - Das sanções acima caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos do regulamento desta lei.

§ 4º - Serão fatores atenuantes em qualquer circunstância, na aplicação de penalidades:

1. a inexistência de má-fé;
2. a caracterização da infração como de pequena monta e importância secundária.

Artigo 13 - As infrações às disposições desta lei e das normas dela decorrentes serão, a critério da autoridade impositora, classificadas, em leves, graves e gravíssimas, levando em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - os antecedentes do infrator.

§ 1º - As multas simples ou diárias, a critério da autoridade aplicadora, ficam estabelecidas dentro das seguintes faixas:

- 1 - de 100 (cem) a 200 (duzentas) vezes o valor nominal da UFESP, nas infrações leves;
- 2 - de 200 (duzentas) a 500 (quinhentas) vezes o mesmo valor, nas infrações graves;
- 3 - de 500 (quinhentas) a 1000 (mil) vezes o mesmo valor, nas infrações gravíssimas.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

§ 2º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada pelo valor correspondente ao dobro da anteriormente imposta.

SEÇÃO III
Da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

Artigo 14 - A utilização dos recursos hídricos será cobrada na forma estabelecida nesta lei e em seu regulamento, obedecidos os seguintes critérios:

- I - cobrança pelo uso ou derivação, considerará a classe de uso preponderante em que for enquadrado o corpo d'água onde se localiza o uso ou derivação, a disponibilidade hídrica local, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a vazão captada em seu regime de variação, o consumo efetivo e a finalidade a que se destina; e
- II - cobrança pela diluição, transporte e assimilação de efluentes de sistemas de esgotos e de outros líquidos, de qualquer natureza, considerará a classe de uso em que for enquadrado o corpo d'água receptor, o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas, a carga lançada e seu regime de variação, ponderando-se, dentre outros, os parâmetros orgânicos físico-químicos dos efluentes e a natureza da atividade responsável pelos mesmos.

§ 1º - No caso do inciso II, os responsáveis pelos lançamentos não ficam desobrigados do cumprimento das normas e padrões legalmente estabelecidos, relativos ao controle de poluição das águas.

§ 2º - Vetado.

§ 3º - No caso do uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica aplicar-se-á legislação federal específica.

SEÇÃO IV
Do Rateio de Custos das Obras

Artigo 15 - As obras de uso múltiplo, ou de interesse comum ou coletivo, dos recursos hídricos, terão seus custos rateados, direta ou indiretamente, segundo critérios e normas a serem estabelecidos em regulamento, atendidos os seguintes procedimentos:

- I - a concessão ou autorização de obras de regularização de vazão, com potencial de aproveitamento múltiplo, deverá ser precedida de negociação sobre o rateio de custos entre os beneficiados, inclusive as de aproveitamento hidrelétrico, mediante articulação com a União;
- II - a construção de obras de interesse comum ou coletivo dependerá de estudos de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, com previsão de formas de retorno dos investimentos públicos ou justificativa circunstanciada da destinação de recursos a fundo perdido;
- III - no regulamento desta lei, serão estabelecidos diretrizes e critérios para financiamento ou concessão de subsídios para realização das obras de que trata este artigo, sendo que os subsídios somente serão concedidos no caso de interesse público relevante e na impossibilidade prática de identificação dos beneficiados, para o consequente rateio de custos.

Parágrafo único - O rateio de custos das obras de que trata este artigo será efetuado segundo critério social e pessoal, e graduado de acordo com a capacidade econômica do contribuinte, facultando aos órgãos e entidades competentes identificar, respeitados os direitos individuais,



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

*PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA*

a origem de seu patrimônio e de seus rendimentos, de modo a que sua participação no rateio não implique a disposição de seus bens.

CAPÍTULO III
Do Plano Estadual de Recursos Hídricos

Artigo 16 - O Estado instituirá, por lei, com atualizações periódicas, o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH tomando por base os planos de bacias hidrográficas, nas normas relativas à proteção do meio ambiente, as diretrizes do planejamento e gerenciamento ambientais e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

- I - objetivos e diretrizes gerais, em níveis estadual e inter-regional, definidos mediante processo de planejamento iterativo que considere outros planos, gerais, regionais e setoriais, devidamente compatibilizado com as propostas de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos do Estado;
- II - diretrizes e critérios gerais para o gerenciamento de recursos hídricos;
- III - diretrizes e critérios para a participação financeira do Estado no fomento aos programas regionais relativos aos recursos hídricos, quando couber, definidos mediante articulação técnica, financeira e institucional com a União, Estados vizinhos e entidades internacionais de cooperação;
- IV - compatibilização das questões interbacias e consolidação dos programas anuais e plurianuais das bacias hidrográficas, previstas no inciso II do artigo seguinte;
- V - programas de desenvolvimento institucional, tecnológico e gerencial, de valorização profissional e da comunicação social, no campo dos recursos hídricos.

Artigo 17 - Os planos de bacias hidrográficas conterão, dentre outros, os seguintes elementos:

- I - diretrizes gerais, a nível regional, capazes de orientar os planos diretores municipais, notadamente nos setores de crescimento urbano, localização industrial, proteção dos mananciais, exploração mineral, irrigação e saneamento, segundo as necessidades de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos das bacias ou regiões hidrográficas correspondentes;
- II - metas de curto, médio e longo prazos para se atingir índices progressivos de recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos da bacia, traduzidos, entre outras, em:
 - a) planos de utilização prioritária e propostas de enquadramento dos corpos d'água em classe de uso preponderante;
 - b) programas anuais e plurianuais de recuperação, proteção, conservação e utilização dos recursos hídricos da bacia hidrográfica correspondente, inclusive com especificações dos recursos financeiros necessários;
 - c) programas de desenvolvimento regionais integrados a que se refere o artigo 5º desta lei.
- III - programas de âmbito regional, relativos ao inciso V do artigo 16, desta lei, ajustados às condições e peculiaridades da respectiva bacia hidrográfica.

Artigo 18 - O Plano Estadual de Recursos Hídricos será aprovado por lei cujo projeto será encaminhado à Assembleia Legislativa até o final do primeiro ano do mandato do Governador do Estado, com prazo de vigência de quatro anos.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Parágrafo único - As diretrizes e necessidades financeiras para elaboração e implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos deverão constar das leis sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado.

Artigo 19 - Para avaliação da eficácia do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos de Bacias Hidrográficas, o Poder Executivo fará publicar relatório anual sobre a “Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo” e relatórios sobre a “Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas”, de cada bacia hidrográfica, objetivando dar transparência à administração pública e subsídios às ações dos Poderes Executivo e Legislativo de âmbito municipal, estadual e federal.

§ 1º - O relatório sobre a “Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo” deverá ser elaborado tomando-se por base o conjunto de relatórios sobre a “Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica”.

§ 2º - Os relatórios definidos no “caput” deste artigo deverão conter no mínimo:

- I - a avaliação da qualidade das águas;
- II - o balanço entre disponibilidade e demanda;
- III - a avaliação do cumprimento dos programas previstos nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos;
- IV - a proposição de eventuais ajustes dos programas, cronogramas de obras e serviços e das necessidades financeiras previstas nos vários planos de Bacias Hidrográficas e no de Recursos Hídricos;
- V - as decisões tomadas pelo Conselho Estadual e pelos respectivos Comitês de Bacias.

§ 3º - Os referidos relatórios deverão ter conteúdo compatível com a finalidade e com os elementos que caracterizam os planos de recursos hídricos.

§ 4º - Os relatórios previstos no “caput” deste artigo consolidarão os eventuais ajustes aos planos decididos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

§ 5º - O regulamento desta lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboração e aprovação dos relatórios definidos no “caput” deste artigo.

Artigo 20 - Constará do Plano Estadual de Recursos Hídricos a Divisão Hidrográfica do Estado que definirá unidades hidrográficas, com dimensões e características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos.

Parágrafo único - O Plano Estadual de Recursos Hídricos e seus regulamentos devem propiciar a compatibilização, consolidação e integração dos planos, programas, normas e procedimentos técnicos e administrativos, a serem formulados ou adotados no processo de gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos, segundo as unidades hidrográficas por ele estabelecidas.

TÍTULO II

Da Política Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos

CAPÍTULO I

Do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH

SEÇÃO I

Dos Objetivos



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 21 - O Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, visa a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, nos termos do artigo 205 da Constituição do Estado.

SEÇÃO II

Dos Órgãos de Coordenação e de Integração Participativa

Artigo 22 - Ficam criados, como órgãos colegiados, consultivos e deliberativos, de nível estratégico, com composição, organização, competência e funcionamento definidos em regulamento desta lei, os seguintes:

- I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, de nível central;
- II - Comitês de Bacias Hidrográficas, com atuação em unidades hidrográficas estabelecidas pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Artigo 23 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos, assegurada a participação paritária dos Municípios em relação ao Estado, será composto por:

- I - Secretários de Estado, ou seus representantes, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos hídricos, a proteção do meio ambiente, o planejamento estratégico e a gestão financeira do Estado;
- II - representantes dos municípios contidos nas bacias hidrográficas, eleitos entre seus pares.

§ 1º - O CRH será presidido pelo Secretário de Estado em cujo âmbito se dá a outorga do direito de uso dos recursos hídricos, diretamente ou por meio de entidade a ela vinculada.

§ 2º - Integrarão o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na forma como dispuser o regulamento desta lei, representantes de universidades, institutos de ensino superior e de pesquisa, do Ministério Público e da sociedade civil organizada.

Artigo 24 - Os Comitês de Bacias Hidrográficas, assegurada a participação paritária dos Municípios em relação ao Estado serão compostos por:

- I - representantes da Secretaria de Estado ou de órgãos e entidade da administração direta e indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso de recursos hídricos, proteção ao meio ambiente, planejamento estratégico e gestão financeira do Estado, com atuação na bacia hidrográfica correspondente;
- II - representantes dos municípios contidos na bacia hidrográfica correspondente;
- III - representantes de entidades da sociedade civil, sediadas na bacia hidrográfica, respeitado o limite máximo de um terço do número total de votos, por:
 - a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
 - b) usuários das águas, representados por entidades associativas;
 - c) associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe e associações comunitárias, e outras associações não governamentais.

§ 1º - Os Comitês de Bacias Hidrográficas serão presididos por um de seus membros, eleitos por seus pares.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

§ 2º - As reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas serão públicas.

§ 3º - Os representantes dos municípios serão escolhidos em reunião plenária de prefeitos ou de seus representantes.

§ 4º - Terão direito a voz nas reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas representantes credenciados pelos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios que compõem a respectiva bacia hidrográfica.

§ 5º - Os Comitês de Bacias Hidrográficas poderão criar Câmaras Técnicas, de caráter consultivo, para o tratamento de questões específicas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos.

Artigo 25 - Competem ao CRH, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - discutir e aprovar propostas de projetos de lei referentes ao Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim como as que devam ser incluídas nos projetos de lei sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e orçamento anual do Estado;

II - aprovar o relatório sobre a "Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo";

III - Exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos;

IV - vetado;

V - estabelecer critérios e normas relativas ao rateio, entre os beneficiados, dos custos das obras de uso múltiplo dos recursos hídricos ou de interesse comum ou coletivo;

VI - estabelecer diretrizes para a formulação de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO;

VII - efetuar o enquadramento de corpos d'água em classes de uso preponderante, com base nas propostas dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's, compatibilizando-as em relação às repercussões interbacias e arbitrando os eventuais conflitos decorrentes;

VIII - decidir, originariamente, os conflitos entre os Comitês de Bacias Hidrográficas, com recurso ao Chefe do Poder Executivo, em último grau, conforme dispuser o regulamento.

Artigo 26 - Aos Comitês de Bacias Hidrográficas, órgãos consultivos e deliberativos de nível regional, competem:

I - aprovar a proposta da bacia hidrográfica, para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;

II - aprovar a proposta de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos em particular os referidos no artigo 4º desta lei, quando relacionados com recursos hídricos;

III - aprovar a proposta do plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, em especial o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderantes, com o apoio de audiências públicas;

IV - vetado;

V - promover entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre os usuários dos recursos hídricos;

VI - promover estudos, divulgação e debates, dos programas prioritários de serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade;

VII - apreciar, até 31 de março de cada ano, relatório sobre "A Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica".

Artigo 27 - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's, contarão com o apoio do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições:



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- I - coordenar a elaboração periódica do Plano Estadual de Recursos Hídricos, incorporando as propostas dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's, e submetendo-as ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;
- II - coordenar a elaboração de relatórios anuais sobre a situação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, de forma discriminada por bacia hidrográfica;
- III - promover a integração entre os componentes do SIGRH, a articulação com os demais sistemas do Estado em matéria correlata, com o setor privado e a sociedade civil;
- IV - promover a articulação com o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com os Estados vizinhos e com os municípios do Estado de São Paulo.

Artigo 28 - O Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, terá organização estabelecida em regulamento, devendo contar com apoio técnico, jurídico e administrativo dos órgãos e entidades estaduais componentes do SIGRH, com cessão de funcionários, servidores e instalações.

§ 1º - Aos órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Estado, responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, no que se refere aos aspectos de quantidade e de qualidade, caberá a direção executiva dos estudos técnicos concernentes a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos, constituindo-se nas entidades básicas do CORHI para apoio administrativo, técnico e jurídico.

§ 2º - Para a hipótese de consecução de recursos financeiros, os órgãos e entidades referidos no § 1º poderão atuar sob a forma de consórcio ou convênio, responsabilizando-se solidariamente em face de terceiros.

§ 3º - O apoio do CORHI, aos Comitês de Bacias Hidrográficas, será exercido de forma descentralizada.

§ 4º - Os Municípios poderão dar apoio ao CORHI na sua atuação descentralizada.

Artigo 29 - Nas bacias hidrográficas, onde os problemas relacionados aos recursos hídricos assim o justificarem, por decisão do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação do Conselho de Recursos Hídricos, poderá ser criada uma entidade jurídica, com estrutura administrativa e financeira própria, denominada Agência de Bacia.

§ 1º - A Agência de Bacia exercerá as funções de secretaria executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica, e terá as seguintes atribuições:

- I - elaborar periodicamente o plano de bacia hidrográfica submetendo-o ao Comitê de Bacia, encaminhando-o posteriormente ao CORHI, como proposta para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- II - elaborar os relatórios anuais sobre a "Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica", submetendo-os ao Comitê de Bacia, encaminhando-os posteriormente, como proposta, ao CORHI;
- III - gerenciar os recursos financeiros do FEHIDRO pertinentes à bacia hidrográfica, gerados pela cobrança pelo uso da água e os outros definidos no art. 36, em conformidade com o CRH e ouvido o CORHI;
- IV - promover, na bacia hidrográfica, a articulação entre os componentes do SIGRH, com os outros sistemas do Estado, com o setor produtivo e a sociedade civil.

§ 2º - As Agências de Bacias somente serão criadas a partir do início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e terão sua vinculação ao Estado e organização administrativa, além de sua personalidade jurídica, disciplinadas na lei que autorizar sua criação.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

SEÇÃO III

Dos Órgãos de Outorga de Direito de Uso das Águas,
de Licenciamento de Atividades Poluidoras
e Demais Órgãos Estaduais Participantes

Artigo 30 - Aos Órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado, responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, no que se refere aos aspectos de quantidade e de qualidade, caberá ao exercício das atribuições relativas à outorga do direito de uso e de fiscalização do cumprimento da legislação de uso, controle, proteção e conservação de recursos hídricos assim como o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e a fiscalização do cumprimento da legislação de controle de poluição ambiental.

§ 1º - A execução das atividades a que se refere este artigo deverá ser feita de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e mediante compatibilização e integração dos procedimentos técnicos e administrativos dos órgãos e entidades intervenientes.

§ 2º - Os demais órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado integrarão o SIGRH, exercendo as atribuições que lhe são determinadas por lei e participarão da elaboração e implantação dos planos e programas relacionados com as suas respectivas áreas de atuação.

CAPÍTULO II

Dos Diversos Tipos de Participação

SEÇÃO I

Da Participação dos Municípios

Artigo 31 - O Estado incentivará a formação de consórcios intermunicipais, nas bacias ou regiões hidrográficas críticas, nas quais o gerenciamento de recursos hídricos deve ser feito segundo diretrizes e objetivos especiais e estabelecerá convênios de mútua cooperação e assistência com os mesmos.

Artigo 32 - O Estado poderá delegar aos Municípios, que se organizarem técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de interesse exclusivamente local, compreendendo, dentre outros, os de bacias hidrográficas que se situem exclusivamente no território do Município e os aquíferos subterrâneos situados em áreas urbanizadas.

Parágrafo único - O regulamento desta lei estipulará as condições gerais que deverão ser observadas pelos convênios entre o Estado e os Municípios, tendo como objeto a delegação acima, cabendo ao Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos autorizar a celebração dos mesmos.

SEÇÃO II

Da Associação de Usuários dos Recursos Hídricos

Artigo 33 - O Estado incentivará a organização e o funcionamento de associações de usuários como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos e na implantação, operação e manutenção de obras e serviços, com direitos e obrigações a serem definidos em regulamento.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

SEÇÃO III

Da Participação das Universidades,
de Institutos de Ensino Superior e de Entidades
de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Artigo 34 - Mediante acordos, convênios ou contratos, os órgãos e entidades integrantes do SIGRH contarão com o apoio e cooperação de universidades, instituições de ensino superior e entidades especializadas em pesquisa, desenvolvimento tecnológico públicos e capacitação de recursos humanos, no campo dos recursos hídricos.

CAPÍTULO III

Do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO

SEÇÃO I

Da Gestão do Fundo

Artigo 35 - O Fundo Estadual de Recursos Hídricos -FEHIDRO, criado para suporte financeiro da Política Estadual de Recursos Hídricos e das ações correspondentes, reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta lei e em seu regulamento.

§ 1º - A supervisão do FEHIDRO será feita por um Conselho de Orientação, composto por membros indicados entre os componentes do CRH, observada a paridade entre Estado e Municípios, que se articulará com o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI.

§ 2º - O FEHIDRO será administrado, quanto ao aspecto financeiro, por instituição oficial do sistema de crédito.

SEÇÃO II

Dos Recursos do Fundo

Artigo 36 - Constituirão recursos do FEHIDRO:

- I - recursos do Estado e dos Municípios a ele destinados por disposição legal;
- II - transferência da União ou de Estados vizinhos, destinados à execução de planos e programas de recursos hídricos de interesse comum;
- III - compensação financeira que o Estado receber em decorrência dos aproveitamentos hidro energéticos em seu território;
- IV - parte da compensação financeira que o Estado receber pela exploração de petróleo, gás natural e recursos minerais em seu território, definida pelo Conselho Estadual de Geologia e Recursos Minerais - COGEMIN, pela aplicação exclusiva em levantamentos, estudos e programas de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos subterrâneos;
- V - resultado da cobrança pela utilização de recursos hídricos;
- VI - empréstimos, nacionais e internacionais, e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;
- VII - retorno das operações de crédito contratadas com órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, consórcios intermunicipais, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas;
- VIII - produto de operações de crédito e as rendas provenientes da aplicação de seus recursos;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- IX - resultados de aplicações de multas cobradas dos infratores da legislação de águas;
- X - recursos decorrentes do rateio de custos referentes a obras de aproveitamento múltiplo, de interesse comum ou coletivo;
- XI - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais e recursos eventuais.

Parágrafo único - Serão despendidos até 10% (dez por cento) dos recursos do FEHIDRO com despesas de custeio e pessoal, destinando-se o restante, obrigatoriamente, para a efetiva elaboração de projetos e execução de obras e serviços do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

SEÇÃO III
Das Aplicações do Fundo

Artigo 37 - A aplicação de recursos do FEHIDRO deverá ser orientada pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos, devidamente compatibilizado com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o orçamento anual do Estado, observando-se:

I - os planos anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros seguirão as diretrizes e atenderão os objetivos do Plano Estadual de Recursos Hídricos e os objetivos e metas dos planos e programas estabelecidos por bacias hidrográficas;

II - o produto decorrente da cobrança pela utilização dos recursos hídricos será aplicado em serviços e obras hidráulicas e de saneamento, de interesse comum, previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos planos estaduais de saneamento, neles incluídos os planos de proteção e de controle da poluição das águas, observando-se:

- a) prioridade para os serviços e obras de interesse comum, a serem executados na mesma bacia hidrográfica em que foram arrecadados;
- b) até 50 (cinquenta) por cento do valor arrecadado em uma bacia hidrográfica poderá ser aplicado em outra, desde que esta aplicação beneficie a bacia onde foi feita a arrecadação e haja aprovação pelo Comitê de Bacia Hidrográfica respectivo;

III - os planos e programas aprovados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's, a serem executados com recursos obtidos pela cobrança pela utilização dos recursos hídricos nas respectivas bacias hidrográficas, terão caráter vinculante para a aplicação desses recursos;

IV - preferencialmente, aplicações do FEHIDRO serão feitas pela modalidade de empréstimos;

V - poderão ser estipendiados à conta dos recursos do FEHIDRO a formação e o aperfeiçoamento de quadros de pessoal em gerenciamento de recursos hídricos.

§ 1º - Para atendimento do estabelecido nos incisos II e III, deste artigo, o FEHIDRO será organizado mediante subcontas, que permitam a gestão autônoma dos recursos financeiros pertinentes a cada bacia hidrográfica.

§ 2º - Os programas referidos no artigo 5º, desta lei, quando não se relacionarem diretamente com recursos hídricos, poderão beneficiar-se de recursos do FEHIDRO, em conformidade com o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Artigo 38 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 1º - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, sucederão aos criados pelo Decreto nº 27.576, de 11 de novembro de 1987, que deverão ser adaptados a esta lei, em até 90 (noventa) dias contados de sua promulgação, por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 2º - Fica desde já criado o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, cuja organização será proposta pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, em até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta lei.

Parágrafo único - Na primeira reunião dos Comitês acima referidos, serão aprovados os seus estatutos pelos representantes do Estado e dos Municípios, atendido o estabelecido nos artigos 24, 26 e 27 desta lei.

Artigo 3º - A adaptação a que se refere o art. 1º das Disposições Transitórias e a implantação dos Comitês de Bacias acima referidos serão feitas por intermédio de Grupo Executivo a ser designado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único - A implantação dos Comitês de Bacias contará com a participação dos municípios.

Artigo 4º - A criação dos demais Comitês de Bacias Hidrográficas ocorrerá a partir de 1 (um) ano de experiência da efetiva instalação do Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí e do Comitê do Alto Tietê, incorporando as avaliações dos resultados e as revisões dos procedimentos jurídico-administrativos aconselháveis, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, na sequência que for estabelecida no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Artigo 5º - Vetado.

§ 1º - Vetado.

§ 2º - Vetado.

Artigo 6º - Os Municípios que sofrem restrições ao seu desenvolvimento em razão da implantação de áreas de proteção ambiental, por decreto, até a promulgação da presente lei, serão compensados financeiramente pelo Estado, em conformidade com lei específica, desde que essas áreas tenham como objeto a proteção de recursos hídricos e sejam discriminadas no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Artigo 7º - Compete ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, exercer as atribuições que lhe forem conferidas por lei, especialmente:

- I - autorizar a implantação de empreendimentos que demandem o uso de recursos hídricos, em conformidade com o disposto no art. 9º desta lei, sem prejuízo da licença ambiental;
- II - cadastrar os usuários e outorgar o direito de uso dos recursos hídricos, na conformidade com o disposto no art. 10 e aplicar as sanções previstas nos artigos 11 e 12 desta lei;
- III - efetuar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, nas condições estabelecidas no inciso I, do art. 14 desta lei.

Parágrafo único - Na reorganização do DAEE incluir-se-ão, entre as suas atribuições, estrutura e organização, as unidades técnicas e de serviços necessários ao exercício das funções de apoio ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e participação no Comitê



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

*PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA*

Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI nos moldes e nas condições dispostas nos artigos 5º e 6º do Decreto nº 27.576, de 11 de novembro de 1987.

Artigo 8º - A implantação da cobrança pelo uso da água será feita de forma gradativa atendendo-se, obrigatoriamente, as seguintes fases:

- I - desenvolvimento, a partir de 1991, de programa de comunicação social sobre a necessidade econômica, social e ambiental, da utilização racional e proteção da água, com ênfase para a educação ambiental, dirigida para o primeiro e segundos ciclos;
- II - implantação, em 1992, do sistema integrado de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, devidamente compatibilizado com sistemas correlacionados, de licenciamento ambiental e metropolitano;
- III - cadastramento dos usuários das águas e regularização das outorgas de direito de uso, durante a implantação do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos 1992/1995;
- IV - articulação com a União e Estados vizinhos tendo em vista a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas de rios de domínio federal, durante o período de 1992/1995;
- V - proposição de critérios e normas para a fixação dos preços públicos, definição de instrumentos técnicos e jurídicos necessários à implantação da cobrança pelo uso da água, no projeto de lei referente ao segundo Plano Estadual de Recursos Hídricos, a ser aprovado em 1995;
- VI - Vetado.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de dezembro de 1991.

LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO
Governador do Estado

Carlos Renato Barnabé
Respondendo pelo Expediente da Secretaria da Fazenda

José Manoel de Aguiar Barros
Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Energia e Saneamento

Walter Kufel Júnior
Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Planejamento e Gestão

Alaor Caffé Alves
Secretário do Meio Ambiente

Claudio Ferraz de Alvarenga
Secretário do Governo



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

LEI ESTADUAL Nº 12.183/2005
29 DE DEZEMBRO DE 2005

Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

SEÇÃO I
Do Objetivo e da Implantação da Cobrança

Artigo 1º - A cobrança pela utilização dos recursos hídricos objetiva:

- I – reconhecer a água como bem público de valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar o uso racional e sustentável da água;
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e saneamento, vedada sua transferência para custeio de quaisquer serviços de infraestrutura;
- IV – distribuir o custo sócio-ambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água;
- V – utilizar a cobrança da água como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.

Artigo 2º - A cobrança pela utilização dos recursos hídricos será vinculada à implementação de programas, projetos, serviços e obras, de interesse público, da iniciativa pública ou privada, definidos nos Planos de Recursos Hídricos, aprovados previamente pelos respectivos Comitês de Bacia e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

§ 1º - O produto da cobrança estará vinculado às bacias hidrográficas em que for arrecadado, e será aplicado em financiamentos, empréstimos, ou a fundo perdido, em conformidade com o aprovado pelo respectivo Comitê de Bacia, tendo como agente financeiro instituição de crédito designada pela Junta de Coordenação Financeira, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, nas condições a serem definidas em regulamento.

§ 2º- Poderão obter recursos financeiros provenientes da cobrança os usuários de recursos hídricos, inclusive os da iniciativa privada, e os órgãos e entidades participantes de atividades afetas ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, na forma definida em regulamento, exceto os usuários isentos por lei.

§ 3º - Desde que haja proporcional benefício para a bacia sob sua jurisdição, o Comitê poderá, excepcionalmente, decidir pela aplicação em outra bacia de parte do montante arrecadado.

§ 4º - Deverá ser aplicada parte dos recursos arrecadados na conservação do solo e na preservação da água em zona rural da Bacia, nos termos da regulamentação, respeitando-se o estabelecido no respectivo Plano de Bacias, obedecidas as características de cada uma delas.

Artigo 3º - A implantação da cobrança prevista nesta lei será feita com a participação dos Comitês de Bacia, de forma gradativa e com a organização de um cadastro específico de usuários de recursos hídricos.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

*PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA*

Artigo 4º - O acompanhamento e a fiscalização da aplicação dos recursos da cobrança, junto a cada um dos comitês de bacias será efetuada de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único - A Assembleia Legislativa do Estado, por meio de suas Comissões competentes, efetuará o acompanhamento e a fiscalização da aplicação dos recursos da cobrança, para cujos membros serão disponibilizadas todas as informações solicitadas.

Artigo 5º - Estão sujeitos à cobrança todos aqueles que utilizam os recursos hídricos.

§ 1º - A utilização de recursos hídricos destinada às necessidades domésticas de propriedades e de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural estará isenta de cobrança quando independer de outorga de direito de uso, conforme legislação específica.

§ 2º - Os responsáveis pelos serviços públicos de distribuição de água não repassarão a parcela relativa à cobrança pelo volume captado dos recursos hídricos aos usuários finais residenciais, desde que seja comprovado o estado de baixa renda do consumidor, nas condições a serem definidas em regulamento.

§ 3º - A cobrança para fins de geração de energia elétrica seguirá o que dispuser a legislação federal.

§ 4º - A utilização de recursos hídricos por micro e pequenos produtores rurais será isenta de cobrança, conforme dispuser a regulamentação.

§ 5º - vetado

Artigo 6º - A fixação dos valores para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - estabelecimento dos limites e condicionantes pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Resolução CRH nº 90 de 10 de Dezembro de 2008;

II – proposta, pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, dos programas quadrienais a serem efetivamente realizados, das parcelas dos investimentos a serem cobertos com o produto da cobrança, e dos valores a serem cobrados na Bacia;

III - referenda, pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, das propostas dos Comitês, de programas quadrienais de investimentos e dos valores da cobrança;

IV - aprovação e fixação dos valores a serem aplicados em cada Bacia Hidrográfica, por decreto do Governador do Estado.

§ 1º - Da proposta, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, dos valores a serem cobrados na Bacia, caberá recurso administrativo ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, na forma a ser definida em regulamento.

§ 2º - As decisões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia sobre a fixação dos limites, condicionantes e valores da cobrança pela utilização dos recursos hídricos serão tomadas por maioria simples, mediante votos dos representantes da Sociedade Civil, dos Municípios e do Estado, os quais terão os seguintes pesos:

1- 40% (quarenta por cento), os votos dos representantes de entidades da sociedade civil, fixado em 70% (setenta por cento), no contexto destas, o peso dos votos das entidades representativas de usuários pagantes de recursos hídricos;

2- 30% (trinta por cento), os votos dos representantes dos Municípios;

3- 30% (trinta por cento), os votos dos representantes do Estado.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 7º - A cobrança será realizada:

- I - pela entidade responsável pela outorga de direito de uso nas Bacias Hidrográficas desprovidas de Agências de Bacias;
- II - pelas Agências de Bacias.

Parágrafo único - O produto da cobrança correspondente à Bacia em que for arrecadado será creditado na subconta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, de acordo com as condições a serem definidas em regulamento, devendo ser repassadas:

1. à conta geral do Fundo, a parcela correspondente aos empréstimos contratados pelo Estado, aprovados pelo Comitê ligado à Bacia;
2. à conta geral do Fundo, a quota-parte que couber à Bacia, necessária à implantação e desenvolvimento das bases técnicas e instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, conforme deliberado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
3. às subcontas de outras bacias, as quantias que nelas devam ser aplicadas e que beneficiem a região onde forem arrecadadas.

Artigo 8º - O modo e a periodicidade da cobrança serão definidos pelos Comitês de Bacia, em função das respectivas peculiaridades e conveniências.

SEÇÃO II
Dos Critérios Gerais para a Cobrança

Artigo 9º - A fixação dos valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos considerará:

- I – na captação, extração e derivação:
 - a) a natureza do corpo d'água – superficial e subterrâneo;
 - b) a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação;
 - c) a disponibilidade hídrica local;
 - d) o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas;
 - e) o volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação;
 - f) o consumo efetivo ou volume consumido, calculado pela diferença entre o volume captado e o volume devolvido, dentro dos limites da área de atuação do Comitê de Bacia, ou pelo volume exportado para fora desses limites, segundo o tipo de utilização da água e seu regime de variação;
 - g) a finalidade a que se destinam;
 - h) a sazonalidade;
 - i) as características dos aquíferos;
 - j) as características físico-químicas e biológicas da água no local;
 - k) a localização do usuário na Bacia;
 - l) as práticas de conservação e manejo do solo e da água;
- II - na diluição, transporte e assimilação de efluentes:
 - a) a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água receptor no local;
 - b) o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas;
 - c) a carga lançada e seu regime de variação, ponderando-se os parâmetros orgânicos e físico-químicos dos efluentes;
 - d) a natureza da atividade;
 - e) a sazonalidade;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- f) a vulnerabilidade dos aquíferos;
- g) as características físico-químicas e biológicas do corpo receptor no local do lançamento;
- h) a localização do usuário na Bacia; e
- i) as práticas de conservação e manejo do solo e da água;

III - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo d'água.

§ 1º - A fixação dos valores a serem cobrados, de que trata este artigo, terá por base o volume captado, extraído, derivado e consumido, bem como a carga dos efluentes lançados nos corpos d'água.

§ 2º - Os Comitês de Bacia poderão propor diferenciação dos valores a serem cobrados, em função de critérios e parâmetros definidos em regulamento, que abranjam a qualidade e disponibilidade de recursos hídricos, de acordo com as peculiaridades das respectivas unidades hidrográficas.

§ 3º - Serão adotados mecanismos de compensação e incentivos para os usuários que devolverem a água em qualidade superior àquela determinada em legislação e normas regulamentares.

SEÇÃO III

Das Bases de Cálculo para a Cobrança

Artigo 10 - As entidades responsáveis pela outorga de direito de uso, pelo licenciamento de atividades poluidoras, e as Agências de Bacias manterão cadastro integrado de dados e informações, a serem fornecidos pelos usuários em caráter obrigatório, que possibilitem determinar as quantidades sujeitas à cobrança, facultado ao usuário acesso a seus dados cadastrais.

§ 1º - Para a elaboração do cadastro os agentes responsáveis poderão contar com o suporte técnico dos demais órgãos do Governo.

§ 2º - O cadastro de dados e informações de que trata o "caput" deste artigo será definido em regulamento.

Artigo 11 - O volume consumido será avaliado em função do tipo de utilização da água, pela multiplicação do volume captado, extraído ou derivado por um fator de consumo, a ser definido em regulamento.

Artigo 12 - O valor a ser cobrado por captação, extração, derivação e consumo resultará da multiplicação dos respectivos volumes captados, extraídos, derivados e consumidos pelos correspondentes valores unitários, e pelo produto dos coeficientes que considerem os critérios estabelecidos no artigo 9º, respeitado o limite máximo correspondente a 0,001078 UFESP (um mil e setenta e oito milionésimos de UFESP) por m³ captado, extraído ou derivado.

Parágrafo único - Na hipótese de extinção da UFESP, o limite a que se refere o "caput" será definido com base na legislação que vier a substituí-la.

Artigo 13 - Na diluição, transporte e assimilação de efluentes, os parâmetros a serem considerados e as cargas referentes a cada um deles, por atividade, serão definidos em regulamento.

Artigo 14 - A carga lançada será avaliada, em função da atividade do usuário, pela multiplicação da carga produzida por um fator de tratamento, conforme condições a serem definidas em regulamento.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 15 - O valor a ser cobrado pela utilização dos recursos hídricos para a diluição, transporte e assimilação das cargas lançadas nos corpos d'água resultará da soma das parcelas referentes a cada parâmetro, respeitado o teto de 3 vezes o valor a ser cobrado por captação, extração, derivação e consumo desde que estejam sendo atendidos os padrões de lançamentos estabelecidos pela legislação ambiental vigente.

Artigo 16 - Se o usuário ou qualquer das entidades encarregadas da cobrança julgar inconsistentes as quantidades calculadas, poderão estas ser revistas com base em valores resultantes de medição direta dos volumes captados, extraídos, derivados, consumidos e das cargas lançadas.

SEÇÃO IV
Das Sanções

Artigo 17 - O não-pagamento dos valores da cobrança até a data do vencimento, sem prejuízo de sua cobrança administrativa ou judicial, acarretará:

- I - a suspensão ou perda do direito de uso, outorgado pela entidade competente, a critério do outorgante, na forma a ser definida em regulamento;
- II - o pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito;
- III - o pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Artigo 18 - A informação falsa dos dados relativos à vazão captada, extraída, derivada ou consumida e à carga lançada pelo usuário, sem prejuízo das sanções penais, acarretará:

- I - o pagamento do valor atualizado do débito apurado, acrescido de multa de 10% (dez por cento) sobre seu valor, dobrada a cada reincidência;
- II - a cassação do direito de uso a critério do outorgante, a ser definida em regulamento.

Artigo 19 - Das sanções de que trata o artigo anterior caberá recurso à autoridade administrativa competente, nos termos a serem definidos em regulamento.

Artigo 20 - A regulamentação desta lei se fará no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação, mediante proposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ouvidos os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Parágrafo único - O regulamento será estabelecido de forma clara e objetiva de maneira a possibilitar o melhor entendimento possível, especialmente pelos usuários de recursos hídricos.

Artigo 21 - Esta lei e suas Disposições Transitórias entram em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogados o inciso III do artigo 7º das Disposições Transitórias da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 e o artigo 31 das Disposições Transitórias da Lei nº 9.034, de 29 de dezembro de 1994, retroagidos os efeitos, quanto a esta, à data da respectiva publicação.

SEÇÃO V
Disposições Transitórias

Artigo 1º - Os usuários urbanos e industriais dos recursos hídricos estarão sujeitos à cobrança efetiva somente a partir de 1º de janeiro do ano de 2006.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Parágrafo único - Os demais usuários estarão sujeitos à cobrança somente a partir de 1º de janeiro do ano de 2010.

Artigo 2º - O Poder Executivo deverá propor, dentro dos 24 (vinte e quatro) meses seguintes à aprovação desta lei, as leis específicas, previstas na Lei nº 9.866/97, referentes às Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais das Sub-Bacias do Guarapiranga, Cotia, Billings, Tietê-Cabeceiras e Juqueri-Cantareira, nos limites da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê.

Parágrafo único - Na hipótese de não-aprovação das leis referidas no artigo anterior, em até 24 (vinte e quatro) meses após a sanção ou promulgação desta lei, o montante arrecadado a partir do primeiro dia subsequente ao período citado, no Estado, ficará retido nas subcontas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Artigo 3º - O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê deverá destinar, pelo período de 10 (dez) anos, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos recursos de investimento oriundos da cobrança para conservação, proteção e recuperação das áreas de mananciais que atendam a sua área de atuação.

Artigo 4º - A cobrança pela utilização de recursos hídricos para abastecimento das operadoras públicas e privadas do serviço de saneamento (abastecimento de água e esgotamento sanitário), devido às suas peculiaridades de uso, será de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser cobrado dos usuários de recursos hídricos, até dezembro de 2009, mediante comprovação conforme dispuser o regulamento, da realização de investimentos com recursos próprios ou financiamentos onerosos, em estudos, projetos e obras destinadas ao afastamento de esgotos (exceto redes) e tratamento dos mesmos.

Artigo 5º - Excluem-se do disposto no § 4º do artigo 2º as Bacias da Baixada Santista e do Alto Tietê, levando em consideração suas características de conurbação.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de dezembro de 2005

GERALDO ALCKMIN

Mauro Guilherme Jardim Arce
Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento

Fábio Augusto Martins Lepique
Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29 de dezembro de 2005



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

DECRETO ESTADUAL Nº 50.667/2006
30 DE MARÇO DE 2006

Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

SEÇÃO I
Disposições Gerais

Artigo 1º - Este decreto regulamenta a cobrança pela utilização de recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo dos usuários urbanos e industriais, conforme estabelecido pelo artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005.

Artigo 2º - A cobrança pela utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores reger-se-á pelas disposições da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, deste decreto e demais atos administrativos decorrentes.

Artigo 3º - Para efeito da aplicação deste decreto, entende-se por bacia, bacia hidrográfica e unidade hidrográfica cada uma das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI's definidas pelo artigo 4º da Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994, ou outra que vier a substituí-la.

Parágrafo Único - Os Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's com atuação em mais de uma UGRHI poderão adotar o conceito de bacia definido no "caput" para a totalidade de sua área de atuação.

SEÇÃO II
Dos Objetivos da Cobrança

Artigo 4º - A cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem por objetivos:

- I - reconhecer a água como um bem público de valor econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor;
- II - incentivar o uso racional e sustentável da água;
- III - obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e saneamento, vedada sua transferência para custeio de quaisquer serviços de infraestrutura;
- IV - distribuir o custo sócio-ambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água;
- V - utilizar a cobrança da água como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.

§ 1º - Consideram-se serviços de infraestrutura, para os fins do inciso III deste artigo, aqueles relativos ao sistema de abastecimento de água; coleta, afastamento e tratamento de esgotos; coleta e tratamento de lixo; e drenagem urbana.

§ 2º - O custeio dos serviços de infraestrutura compreende o pagamento de despesas com pessoal, serviços de reposição e manutenção em equipamentos e instalações.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 5º - Estão sujeitos à cobrança todos os usuários que utilizam os recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

§ 1º - Ficam isentos da cobrança prevista no "caput" " deste artigo:

1. os usuários que se utilizam da água para uso doméstico de propriedades ou pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural quando independem de outorga de direito de uso, conforme dispuser ato administrativo do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, nos termos dos § 1º e 2º do artigo 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996, acrescentados pelo artigo 36 deste decreto.
2. os usuários com extração de água subterrânea em vazão inferior a cinco metros cúbicos por dia que independem de outorga, conforme disposto no artigo 31, § 3º, do Decreto nº 32.955, de 07 de fevereiro de 1991.

§ 2º - Serão considerados usuários finais de baixa renda, aos quais os serviços públicos de distribuição de água não repassarão a parcela relativa à cobrança pelo volume captado dos recursos hídricos, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, aqueles que se enquadrarem nas seguintes condições:

1. os classificados na categoria "tarifa social" ou equivalente, nos respectivos cadastros das concessionárias públicas ou privadas dos serviços de água e esgoto no seu município;
2. nos municípios onde a estrutura tarifária não contemple a "tarifa social" ou equivalente, os inscritos nos cadastros institucionalmente estabelecidos dos programas sociais dos Governos Municipais, Estadual ou Federal ou que estejam cadastrados como potenciais beneficiários desses programas.

§ 3º - A cobrança para fins de geração de energia elétrica seguirá o que dispuser a legislação federal.

SEÇÃO III
Do Cadastro de Usuários

Artigo 6º - O cadastro de usuários de recursos hídricos, específico para a cobrança de que tratam os artigos 3º e 10 da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, será realizado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, em articulação com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB e em parceria com as Agências de Bacias Hidrográficas no âmbito de suas respectivas competências, mediante ato convocatório do DAEE, por bacia hidrográfica, no qual será estabelecido prazo a ser atendido pelos usuários.

§ 1º - O DAEE, a CETESB e as Agências de Bacia celebrarão termos de cooperação técnica para que as informações cadastrais possam ser compartilhadas entre os mesmos e demais órgãos participantes dos Sistemas Nacional e Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

§ 2º - Todos usuários de recursos hídricos terão acesso aos respectivos dados constantes do cadastro referido no "caput" deste artigo.

Artigo 7º - No prazo fixado no ato convocatório, mencionado no artigo anterior, para fim específico da cobrança, os usuários de recursos hídricos deverão declarar, no que couber:

- I - os usos não outorgados;
- II - os usos em quantidade superior ao limite estabelecido na outorga de recursos hídricos;
- III - os usos em conformidade com a outorga; e



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

IV - a concentração dos parâmetros de carga poluente presentes no efluente final, objeto ou não de licenciamento, a serem cobrados de acordo com a Deliberação do respectivo CBH.

§ 1º - As declarações objeto dos incisos I e II deste artigo serão consideradas como protocolo de pedido de regularização de outorga de recursos hídricos.

§ 2º - Resolução Conjunta a ser publicada pelas Secretarias de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento - SERHS e de Meio Ambiente - SMA, estabelecerá os procedimentos para a expedição de retificações ou ratificações dos atos administrativos das outorgas de uso de recursos hídricos do DAEE e do licenciamento da CETESB ou de novos atos dessas entidades.

§ 3º - A partir da declaração, o usuário terá o prazo de 90 (noventa) dias, passível de prorrogação até 365 dias, a seu pedido e a critério do DAEE, para apresentar a documentação exigida na legislação vigente.

§ 4º - No período compreendido entre a declaração de uso de recursos hídricos e o ato de deferimento ou indeferimento da outorga de recursos hídricos, emitido pelo DAEE, não estará o usuário sujeito à penalidade prevista no inciso II do Artigo 12 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, sobre os usos declarados.

§ 5º - Os valores declarados pelo usuário relativos aos incisos I a IV deste artigo serão utilizados como base de cálculo para a cobrança.

SEÇÃO IV

Da Base de Cálculo da Cobrança

Artigo 8º - Para efeito de cobrança pelo uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos de que trata o "caput" do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005, são classificados os seguintes tipos de usuários de água:

I - usuário urbano, público ou privado: abrange toda captação, derivação ou extração de água destinada predominantemente ao uso humano, bem como o consumo de água e o lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água, mesmo fora do perímetro urbano, compreendendo:

- a) sistema público: aquele sob responsabilidade do poder público mesmo que administrado em regime de concessão ou permissão; e
- b) solução alternativa privada: toda modalidade, individual ou coletiva, distinta do sistema sob responsabilidade do poder público.

II - usuário industrial: abrange toda captação, derivação ou extração de água bem como o consumo de água e o lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água, pelo setor industrial, definido de acordo com a classificação nacional de atividades econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Artigo 9º - O valor total da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, de cada usuário, para o período de cálculo a ser definido pelo respectivo CBH, será obtido pela soma das parcelas decorrentes da multiplicação dos volumes de captação, derivação ou extração, de consumo e das cargas de poluentes lançadas no corpo hídrico, pelos respectivos Preços Unitários Finais - PUF's, conforme formulação constante do Anexo I deste decreto.

§ 1º - Os volumes de captação, derivação ou extração a serem utilizados para o cálculo da cobrança serão:

- 1. os constantes do ato de outorga, para os usos declarados, conforme dispõe o inciso III do artigo 7º deste decreto;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

2. os declarados pelo usuário, para os usos que se enquadrem nos incisos I e II do artigo 7º.
- § 2º - As concentrações necessárias ao cálculo das cargas mencionadas no "caput" serão:
1. as constantes do processo de licenciamento e respectivo processo de controle de poluição;
 2. as declaradas pelo usuário em decorrência do ato convocatório previsto no artigo 7º deste decreto para as atividades não licenciáveis.

Artigo 10 - Os PUF's serão obtidos através da multiplicação dos Preços Unitários Básicos - PUB's por Coeficientes Ponderadores, conforme expressões constantes do Anexo deste decreto.

- § 1º - Os PUB's, para cada bacia hidrográfica, deverão ser propostos pelos CBH's correspondentes, conforme suas especificidades e posteriormente referendados pelo CRH.
- § 2º - O valor do PUF para captação, extração ou derivação deverá respeitar o limite máximo correspondente a 0,001078 UFESP por metro cúbico de água.
- § 3º - Os valores dos PUB's poderão ser aplicados de forma progressiva, a partir da implementação da cobrança conforme deliberação do respectivo CBH's.
- § 4º - Na hipótese de extinção da UFESP, o limite a que se refere o § 2º deste artigo será definido com base na legislação que vier a substituí-la.

Artigo 11 - O valor a ser cobrado pela utilização dos recursos hídricos para a diluição, transporte e assimilação das cargas lançadas nos corpos d'água resultará da soma das parcelas referentes a cada parâmetro, respeitado o teto de 3 vezes o valor a ser cobrado por captação, extração, derivação e consumo desde que estejam sendo atendidos, em todos os seus lançamentos, os padrões estabelecidos pela legislação ambiental vigente.

- § 1º - Para o cálculo do teto estabelecido no "caput" serão considerados todos os usos de recursos hídricos relativos a captação, extração ou derivação e consumo existentes no empreendimento.
- § 2º - Os valores a serem utilizados para cálculo do teto mencionado no "caput" observarão a metodologia constante do Anexo deste decreto.

Artigo 12 - Os Coeficientes Ponderadores, mencionados no artigo 10, além de permitirem a diferenciação dos valores a serem cobrados, poderão servir de mecanismo de compensação e incentivo aos usuários conforme previsto nos §§ 2º e 3º do artigo 9º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e serão definidos considerando características diversas, conforme segue:

- I - para captação, extração, derivação e consumo devem considerar:
- a) X_1 - a natureza do corpo d'água, superficial ou subterrâneo;
 - b) X_2 - a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação;
 - c) X_3 - a disponibilidade hídrica local;
 - d) X_4 - o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas;
 - e) X_5 - o volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação;
 - f) X_6 - o consumo efetivo ou volume consumido;
 - g) X_7 - a finalidade do uso;
 - h) X_8 - a sazonalidade;
 - i) X_9 - as características dos aquíferos;
 - j) X_{10} - as características físico-químicas e biológicas da água;
 - l) X_{11} - a localização do usuário na bacia;
 - m) X_{12} - as práticas de conservação e manejo do solo e da água; e
 - n) X_{13} - a transposição de bacia.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

II - para diluição, transporte e assimilação de efluentes, ou seja, carga lançada devem considerar:

- a) Y_1 - a classe de uso preponderante do corpo d'água receptor;
- b) Y_2 - o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas;
- c) Y_3 - a carga lançada e seu regime de variação;
- d) Y_4 - a natureza da atividade;
- e) Y_5 - a sazonalidade;
- f) Y_6 - a vulnerabilidade dos aquíferos;
- g) Y_7 - as características físico-químicas e biológicas do corpo receptor no local do lançamento;
- h) Y_8 - a localização do usuário na bacia; e
- i) Y_9 - as práticas de conservação e manejo do solo e da água.

III - outros usos e interferências que alterem o regime, a quantidade e a qualidade da água existente num corpo d'água, poderão ter Coeficientes Ponderadores específicos, a serem propostos por deliberação dos respectivos CBH's.

§ 1º - Os Coeficientes Ponderadores mencionados neste artigo e seus respectivos critérios de medição, quando couber, devem ser propostos pelos respectivos CBH's e referendados pelo CRH.

§ 2º - Para definir a compensação e incentivo aos usuários que devolverem a água em qualidade superior àquela determinada em legislação e normas complementares, conforme disposto no § 3º do artigo 9º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, os Comitês de Bacias Hidrográficas deverão aplicar coeficiente redutor ao valor atribuído ao parâmetro Y_3 referido na alínea "c" do inciso II deste artigo.

§ 3º - A critério do respectivo CBH, o regime de variação referido na alínea "e" do inciso I, poderá considerar a relação entre os volumes outorgados ou declarados, de acordo com o disposto no artigo 9º, e o volume utilizado, conforme metodologia prevista no Anexo deste decreto.

Artigo 13 - A critério do usuário, para fins de cálculo do valor total a ser pago, os volumes captados, extraídos ou derivados e lançados poderão ser aqueles por ele diretamente medidos, conforme metodologia prevista no Anexo deste decreto.

§ 1º - A medição referida no "caput" deste artigo deverá ser feita por meio de equipamentos medidores aceitos pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE.

§ 2º - O usuário que possuir equipamentos conforme descrito no § 1º deste artigo deverá informar ao responsável pela cobrança na respectiva bacia hidrográfica, até data a ser definida por este, a previsão relativa aos volumes de água a serem captados, extraídos ou derivados e lançados, no período do pagamento, bem como os valores efetivamente medidos no período anterior.

§ 3º - No período seguinte será realizada eventual compensação entre os valores previstos e aqueles efetivamente medidos.

SEÇÃO V

Da Implantação e Suspensão da Cobrança

Artigo 14 - A cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo será implantada por bacia hidrográfica e dependerá do atendimento às seguintes etapas:



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- I - cadastro dos usuários sujeitos à cobrança em conformidade com o artigo 6º deste decreto;
- II - aprovação pelo CRH de limites e condicionantes para a cobrança;
- III - aprovação, se ainda não houver, do Plano de Bacias Hidrográficas previsto no artigo 17 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, pelo respectivo CBH;
- IV - aprovação pelos CBH's de proposta ao CRH contendo os programas quadrienais a serem efetivamente realizados, as parcelas de investimentos a serem cobertos com o produto da cobrança, os valores a serem cobrados na Bacia, a forma e periodicidade da cobrança;
- V - referenda, pelo CRH, da proposta mencionada no inciso anterior, no que se refere aos programas quadrienais de investimentos e dos valores da cobrança;
- VI - aprovação e fixação dos valores a serem aplicados em cada Bacia Hidrográfica, por decreto específico.

Parágrafo único - Da proposta a que se refere o inciso IV deste artigo deverão constar estudos financeiros e técnicos que a fundamentem.

Artigo 15 - Para efeito da implantação gradativa da cobrança, de que trata o artigo 3º, da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, a parcela referente à cobrança pela utilização dos recursos hídricos para diluição, transporte e assimilação de efluentes, deverá ser iniciada com o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio de 5 dias a 20° C (DBO_{5,20}).

Parágrafo único - Os CBH's, ouvida a CETESB, após 2 anos da implementação da cobrança na sua área de atuação, poderão propor a implantação de outros parâmetros de poluição específicos, representativos da poluição de recursos hídricos no âmbito da sua bacia hidrográfica.

Artigo 16 - As estimativas de arrecadação com a cobrança constarão de rubricas específicas do FEHIDRO no orçamento estadual conforme legislação pertinente.

Artigo 17 - Para obtenção do desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor total da cobrança pelo uso de recursos hídricos os usuários operadores públicos e privados dos serviços de saneamento, de acordo com o previsto no Artigo 4º das disposições transitórias da Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005, deverão apresentar anualmente à Agência de Bacias ou, na ausência desta, ao DAEE, os seguintes documentos relativos aos investimentos realizados no exercício anterior na respectiva bacia hidrográfica, com recursos próprios ou financiamentos onerosos:

- I - extratos de contratos celebrados de forma a caracterizar que os objetos dos empreendimentos realizados referem-se a estudos, projetos e obras destinadas ao afastamento e tratamento de esgotos, exceto redes de coleta de esgoto sanitário;
- II - planilhas orçamentárias constantes dos contratos indicando as atividades a serem consideradas para efeito do desconto referido no "caput" deste artigo;
- III - comprovantes de quitação dos pagamentos e de execução dos serviços e obras correspondentes;
- IV - outros documentos solicitados necessários à identificação dos investimentos realizados e respectivos pagamentos.

§ 1º - A concessão do desconto previsto no "caput" deste artigo fica condicionada à realização de investimentos correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor total a ser cobrado pelo uso da água;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

§ 2º - Do valor total dos investimentos a serem considerados para obtenção do desconto de que trata este artigo, até 10% (dez por cento) poderão referir-se a estudos e projetos, devendo, no mínimo, 90% (noventa por cento) abranger obras.

§ 3º - Para os fins do desconto previsto no "caput" deste artigo, os investimentos deverão ser feitos em empreendimentos compatíveis com as prioridades previstas no Plano de Bacias Hidrográficas do respectivo CBH.

Artigo 18 - A cobrança poderá ser suspensa por deliberação justificada do respectivo CBH, por prazo determinado ou indeterminado, mediante referenda do CRH.

Artigo 19 - As entidades responsáveis pela cobrança pelo uso da água deverão implantar sistema de informações que permita o acesso dos usuários aos respectivos cálculos dos valores a serem pagos.

§ 1º - Constatadas eventuais inconsistências nos valores calculados, os usuários poderão requerer a revisão dos mesmos mediante apresentação das devidas justificativas.

§ 2º - Caso sejam constatadas inconsistências nos cálculos dos valores cobrados e já pagos, as diferenças apuradas serão compensadas em períodos subsequentes.

§ 3º - A solicitação de revisão dos cálculos dos valores da cobrança dependerá de medição direta pelos próprios usuários ou por qualquer das entidades encarregadas da cobrança, conforme previsto no artigo 16 da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005.

§ 4º - Na hipótese de medição direta dos volumes captados, extraídos, derivados, consumidos e das cargas lançadas, pelos próprios usuários ou pelas Agências de Bacias, os equipamentos medidores devem ser aceitos pelo DAEE ou CETESB, conforme o caso.

SEÇÃO VI

Dos Recursos à Proposta de Cobrança

Artigo 20 - Da proposta, pelo CBH, dos valores a serem cobrados na bacia, caberá recurso administrativo ao CRH.

§ 1º - Poderão interpor recurso:

1. membro do CBH proponente que tenha declarado voto vencido;
2. usuário de recurso hídrico, sujeito à cobrança proposta.

§ 2º - O recurso poderá ser total ou parcial e deverá ser interposto no prazo de 30 dias corridos, contados da data da publicação da deliberação do CBH no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 3º - O recurso será dirigido ao Presidente do CRH, deduzindo as razões pelas quais não são aceitos os valores propostos, acompanhado de nova proposta de valores que os substituam, com o devido demonstrativo de cálculo.

§ 4º - O recurso não terá efeito suspensivo e o CRH decidirá sobre o mesmo, juntamente com a proposta recorrida.

§ 5º - O CRH não conhecerá do recurso intempestivo ou que não atender ao disposto no § 3º deste artigo.

SEÇÃO VII

Do Fluxo Financeiro e da Aplicação dos Recursos da Cobrança

Artigo 21 - O produto da cobrança em cada bacia hidrográfica em que for implantada será creditado, mediante pagamento pelos usuários dos boletos emitidos pelas entidades responsáveis, diretamente na correspondente subconta do FEHIDRO aberta em conta bancária no Agente Financeiro.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

§ 1º - Os recursos financeiros deverão ser mantidos em aplicações financeiras até sua utilização.

§ 2º - O Agente Financeiro, o Conselho de Orientação do FEHIDRO - COFEHIDRO e a Agência de Bacia ou na sua ausência o DAEE, deverão estabelecer mecanismos para:

1. compatibilizar a efetiva arrecadação financeira com o previsto na rubrica própria da Lei de Orçamento do Estado;
2. controlar a arrecadação e a aplicação dos recursos;
3. controlar os usuários inadimplentes.

Artigo 22 - Das subcontas do FEHIDRO abertas para crédito dos recursos da cobrança serão repassados recursos:

I - à conta geral do FEHIDRO, a parcela correspondente aos empréstimos contratados pelo Estado, aprovados pelo respectivo CBH;

II - à conta geral do FEHIDRO, a quota-parte que couber à bacia, necessária à implantação e desenvolvimento das bases técnicas e instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, conforme deliberado pelo CRH;

III - às subcontas de outras bacias, as quantias que nelas devam ser aplicadas e que beneficiem a bacia hidrográfica onde forem arrecadadas, nos termos do § 3º do artigo 2º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005;

IV - para pagamento dos desembolsos relativos a investimentos aprovados pelos CBH's e financiados pelo FEHIDRO, incluindo as ações necessárias à operação e manutenção de sistemas de controle da cobrança desenvolvidas pelo DAEE e CETESB;

V - para pagamento dos agentes técnicos e financeiro do FEHIDRO referente à remuneração a que fizerem jus em função dos serviços prestados em relação aos empreendimentos financiados;

VI - para transferências de até 10% (dez por cento) para despesas de custeio e pessoal em conformidade com o plano anual de aplicação, por bacia hidrográfica, aprovado pelo respectivo CBH, do qual deverá constar a destinação de recursos para:

- a) as Agências de Bacia, ou na sua ausência ao DAEE, para cobertura de custos operacionais da cobrança;
- b) as Agências de Bacias ou entidades que estiverem exercendo as Secretarias Executivas dos CBH's, para desenvolvimento das atividades de secretaria executiva; e
- c) as Agências de Bacias ou entidades que estiverem exercendo as Secretarias Executivas dos CBH's, para outras despesas de custeio, observada a legislação pertinente.

§ 1º - Os repasses a que se refere o inciso II ficam limitados a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) do montante total arrecadado em cada bacia hidrográfica e estarão condicionados:

1. à aprovação de plano anual de aplicação elaborado pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, do qual constarão as quotas-parte e respectivas fontes das demais bacias hidrográficas onde eventualmente ainda não tenha sido implantada a cobrança;
2. ao investimento em ações de interesse geral para o Estado de São Paulo, que forem implementadas ou que se referirem à respectiva bacia hidrográfica.

§ 2º - As transferências financeiras para atendimento ao disposto no "caput" deste artigo serão operacionalizadas pelo FEHIDRO que poderá estabelecer normas complementares.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 23 - As arrecadações obtidas pelo retorno de financiamentos reembolsáveis, aplicações financeiras, multas e juros decorrentes da cobrança de usuários inadimplentes e demais receitas originadas pela cobrança pelo uso da água serão destinadas às respectivas subcontas do FEHIDRO de cada bacia hidrográfica.

Artigo 24 - A aplicação do produto da cobrança pelo uso de recursos hídricos será vinculada à implementação de programas definidos no Plano Estadual de Recursos Hídricos, por meio de ações, estudos, projetos, serviços e obras, de interesse público, da iniciativa pública ou privada, definidos nos Planos de Bacias Hidrográficas e programas anuais de investimentos.

Artigo 25 - O produto da cobrança será aplicado em financiamentos em conformidade com o aprovado pelo respectivo CBH, tendo como agente financeiro instituição de crédito designada pela Junta de Coordenação Financeira, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, obedecidas as normas e procedimentos do FEHIDRO.

Artigo 26 - A aplicação dos recursos previstos no § 4º do artigo 2º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005 (Deverá ser aplicada parte dos recursos arrecadados na conservação do solo e na preservação da água em zona rural da Bacia, nos termos da regulamentação, respeitando-se o estabelecido no respectivo Plano de Bacias, obedecidas as características de cada uma delas), deverá ser definida pelos CBH's que farão constar de seus Planos de Bacias Hidrográficas e programas anuais de investimentos as prioridades de ação e os respectivos montantes a serem investidos.

Artigo 27 - A concessão de financiamentos dependerá de parecer técnico favorável dos agentes técnicos do FEHIDRO.

Parágrafo Único - Os financiamentos reembolsáveis dependerão também de aprovação, pelo agente financeiro, da capacidade creditória do requerente e das garantias a serem oferecidas.

Artigo 28 - Terão prioridade para financiamento as obras cujos projetos tenham sido anteriormente financiados pelo FEHIDRO.

Parágrafo único - Os CBH's, por meio de deliberação específica, deverão estabelecer critérios para indicação das obras referidas no "caput" deste artigo, observadas as normas do FEHIDRO.

Artigo 29 - Os pedidos de financiamento deverão descrever ou dimensionar os resultados a serem alcançados com o empreendimento, de forma a se avaliar o benefício social, custo/benefício e população atendida ou apresentar outros parâmetros de avaliação.

Artigo 30 - A aplicação dos recursos auferidos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos e seu detalhamento por bacia hidrográfica deverá constar dos relatórios anuais a serem submetidos ao Conselho de Orientação do FEHIDRO.

Parágrafo único - Informações específicas ou adicionais ao relatório mencionado no "caput" deste artigo poderão a qualquer tempo serem solicitadas pelo CBH ou CRH, ao FEHIDRO, à Agência de Bacia ou ao DAEE, conforme o caso.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

SEÇÃO VIII
Dos Beneficiários dos Recursos da Cobrança

Artigo 31 - Podem habilitar-se à obtenção de recursos da cobrança, os beneficiários indicados pelos artigos 37-A e 37-B da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, introduzidos pela Lei nº 10.843, de 5 de julho de 2001, e aqueles referidos no § 2º do artigo 2º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005:

- I - pessoas jurídicas de direito público, da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios de São Paulo;
- II - concessionárias e permissionárias de serviços públicos, com atuação nos campos do saneamento, no meio ambiente ou no aproveitamento múltiplo de recursos hídricos;
- III - consórcios intermunicipais regularmente constituídos;
- IV - entidades privadas sem finalidades lucrativas, usuárias ou não de recursos hídricos, com constituição definitiva há pelo menos quatro anos, nos termos da legislação pertinente, que detenham entre suas finalidades principais a proteção ao meio ambiente ou atuação na área de recursos hídricos e com atuação comprovada no âmbito do Estado ou da bacia hidrográfica objeto da solicitação de recursos;
- V - pessoas jurídicas de direito privado, usuárias de recursos hídricos;
- VI - Agências de Bacias Hidrográficas;
- VII - outros órgãos ou entidades com representação nas diversas instâncias do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, mediante indicação ao FEHIDRO pelos CBH's ou CRH e desde que atendam aos requisitos estabelecidos no inciso IV.

Parágrafo único - Estão impedidos de beneficiar-se dos recursos da cobrança os usuários isentos do seu pagamento referidos no § 1º do artigo 5º deste decreto.

Artigo 32 - Para efeito de habilitar-se à obtenção de financiamento com recursos financeiros obtidos com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, os usuários deverão observar as normas e procedimentos estabelecidos pelo FEHIDRO e estar adimplentes com o pagamento dos boletos da cobrança emitidos no exercício e eventuais parcelamentos de débitos anteriores.

SEÇÃO IX
Dos Recursos Relativos às Sanções

Artigo 33 - Caberá recurso da aplicação da sanção prevista no do artigo 18, inciso I, da Lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005.

- § 1º - O prazo para recorrer é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da fatura.
- § 2º - Do recurso deverá constar, além do nome e qualificação do recorrente, a exposição das razões de seu inconformismo.
- § 3º - O recurso será apresentado ao Superintendente do DAEE para, no prazo de 30 (trinta) dias, motivadamente manter sua decisão ou reformá-la.
- § 4º - Mantida a decisão ou reformada parcialmente, será imediatamente encaminhada a reexame pelo Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento.
- § 5º - O recurso será apreciado pela autoridade competente, ainda que incorretamente endereçado.

Artigo 34 - O recurso de que trata o artigo anterior não tem efeito suspensivo e, se provido, dará lugar às retificações necessárias, retroagidos seus efeitos à data da aplicação da sanção.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 35 - O DAEE poderá estabelecer prazos e condições de parcelamento de débitos, por ato administrativo geral e impessoal.

SEÇÃO X
Das Disposições Finais

Artigo 36 - Acrescente-se ao artigo 1º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 41.258, de 31 de outubro de 1996, os §§ 1º e 2º com a seguinte redação:

“§ 1º - Independem de outorga:

I - o uso de recursos hídricos destinados às necessidades domésticas de propriedades e de pequenos núcleos populacionais localizados no meio rural;

II - as acumulações de volumes de água, as vazões derivadas, captadas ou extraídas e os lançamentos de efluentes que, isolados ou em conjunto, por seu pequeno impacto na quantidade de água dos corpos hídricos, possam ser considerados insignificantes.

§ 2º - Os critérios específicos de vazões ou acumulações de volume de água considerados insignificantes, serão estabelecidos nos planos de recursos hídricos, devidamente aprovados pelos correspondentes CBH's ou na inexistência destes pelo DAEE.”

Artigo 37 - Até 31 de dezembro de 2008 o CRH deverá promover estudos e propor a regulamentação da cobrança a que se refere o parágrafo único do artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005.

Artigo 38 - Os casos não previstos neste decreto deverão ser objeto de Deliberação do CRH por proposta dos CBH's ou do DAEE em articulação com a CETESB.

Artigo 39 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de março de 2006.

GERALDO ALCKMIN

Mauro Guilherme Jardim Arce

Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento

Arnaldo Madeira

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 30 de março de 2006



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

ANEXO DECRETO ESTADUAL Nº 50.667/2006

30 DE MARÇO DE 2006

a que se referem os artigos 10, 11 e 12

METODOLOGIA DE CÁLCULO

1) O valor total da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, para um determinado período de cálculo, será calculado, para cada usuário, pela seguinte expressão:

Valor Total da Cobrança = $\sum \text{PUF}_{\text{CAP}} \cdot V_{\text{CAP}} + \sum \text{PUF}_{\text{CONS}} \cdot V_{\text{CONS}} + \sum \text{PUF}_{\text{parâmetro}(x)} \cdot Q_{\text{parâmetro}(x)}$
onde:

V_{CAP} = volume total (m^3) captado, derivado ou extraído, por uso, no período, em corpos d'água;

V_{CONS} = volume total (m^3) consumido por uso, no período, decorrente de captação, derivação ou extração de água em corpos d'água;

$Q_{\text{parâmetro}(x)}$ = Valor médio da carga do parâmetro(x) em Kg presente no efluente final lançado, por lançamento, no período, em corpos d'água;

PUF's = Preços Unitários Finais equivalentes a cada variável considerada na fórmula da cobrança.

2) A consideração da relação prevista no § 3º do artigo 12 será aplicada conforme segue:

$$V_{\text{CAP}} = K_{\text{OUT}} \times V_{\text{CAP OUT}} + K_{\text{MED}} \times V_{\text{CAP MED}}$$

onde:

K_{OUT} = peso atribuído ao volume de captação outorgado, no período;

K_{MED} = peso atribuído ao volume de captação medido, no período;

$V_{\text{CAP OUT}}$ = volume de água captado, em m^3 , no período, segundo valores da outorga, ou constantes do Ato Declaratório;

$V_{\text{CAP MED}}$ = Volume de água captado, em m^3 , no período, segundo medição que deverá ser feita por meio de equipamentos medidores aceitos pelo órgão outorgante;

$K_{\text{OUT}} + K_{\text{MED}} = 1$

3) Quando não existir medição dos volumes captados será adotado $K_{\text{OUT}} = 1$ e $K_{\text{MED}} = 0$

4) O usuário que possuir equipamentos de medição aceitos pelo órgão outorgante deverá informar ao responsável pela cobrança na respectiva bacia hidrográfica, até data a ser definida por este, a previsão relativa ao volume de água a ser captado, extraído ou derivado, no período do pagamento, bem como o valor efetivamente medido no período anterior. No período seguinte será realizada eventual compensação entre os valores previstos e aqueles efetivamente medidos.

5) O volume consumido (V_{CONS}) corresponde à diferença entre o volume captado, derivado ou extraído e o volume lançado será calculado conforme segue:

$$V_{\text{CONS}} = FC \times V_{\text{CAP}}$$



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Sendo:

$$FC = ((V_{CAPT} - V_{LANÇT}) / V_{CAPT})$$

onde:

FC = Fator de Consumo (FC) aplicado sobre o volume captado, derivado ou extraído;

V_{CAP} = volume de água captado, derivado ou extraído, em m^3 , no período;

V_{CAPT} = volume de água captado, derivado ou extraído total, em m^3 , igual ao V_{CAP} acrescido dos demais volumes de água utilizados no empreendimento, no período; e

$V_{LANÇT}$ = volume de água lançado total, em m^3 , acrescido dos demais volumes de água lançados pelo empreendimento no período.

6) Para cálculo do volume consumido, o valor V_{CAP} não poderá considerar a ponderação prevista para o cálculo do valor a ser pago pela captação, extração ou derivação.

7) O valor médio da carga do parâmetro(x) medido em Kg presente no efluente final lançado será calculado conforme segue:

$Q_{parâmetro(x)}$ = concentração média do parâmetro(x) vezes o volume de efluentes líquidos lançados ($V_{LANÇ}$), no período, em corpos d'água.

8) O volume lançado ($V_{LANÇ}$), em corpos d'água, será:

8.1) o constante do ato de outorga, para os usos declarados conforme dispõe o inciso III do artigo 7º (outorgados); ou

8.2) o declarado pelo usuário, para os usos que se enquadrem nos incisos I e II do artigo 7º (usos não outorgados / usos em quantidade superior ao limite estabelecido na outorga).

9) Os Preços Unitários Finais =- PUF's serão calculados segundo as expressões:

$$PUF_{CAP} = PUB_{CAP} \cdot (X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_{13})$$

$$PUF_{CONS} = PUB_{CONS} \cdot (X_1 \cdot X_2 \cdot X_3 \cdot \dots \cdot X_{13})$$

$$PUF_{parâmetro(x)} = PUB_{parâmetro(x)} \cdot (Y_1 \cdot Y_2 \cdot Y_3 \cdot \dots \cdot Y_9)$$

onde:

PUF_n = Preço Unitário Final correspondente a cada variável "n" considerada na fórmula da cobrança;

PUB_n = Preço Unitário Básico definido para cada variável "n" considerada na fórmula da cobrança.

Os valores de "n" correspondem a:

CAP = captação, extração, derivação;

CONS = consumo;

parâmetro(x) = lançamento de carga.

X_i = coeficientes ponderadores para captação, extração, derivação e consumo, definidos no inciso I do Artigo 12 deste decreto.

Y_i = coeficientes ponderadores para os parâmetros de carga lançada, definidos no inciso II do Artigo 12 deste decreto.

(Transcrito do Diário Oficial do Estado de 31/03/2006, retificado pelo DOE de 06/04/2006)



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Resolução SERHS/SMA/001/2006
22 DE DEZEMBRO DE 2006

Dispõe sobre procedimentos integrados para expedição de retificações ou ratificações dos atos administrativos, relativos aos usos dos recursos hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e do licenciamento da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ou de novos atos dessas entidades, para atendimento ao artigo 7o do Decreto Estadual no 50.667, de 30 de março de 2006 e dá outras providências.

Os Secretários de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e do Meio Ambiente, considerando:

A Lei Estadual nº 7.663, de 30 de Dezembro de 1991, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que tem por objetivo assegurar que a água, recurso natural e essencial a vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem estar social, possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo território do Estado de São Paulo. A Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização de recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O disposto no artigo 7o, § 2o do Decreto Estadual nº 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamenta a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

O disposto no inciso V do artigo 3o da Deliberação CRH nº 63/06, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para cobrança pela utilização dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo e prevê o estabelecimento de Nota Técnica por Resolução Conjunta das Secretarias signatárias.

As manifestações exaradas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB sobre os termos desta Resolução, resolvem:

Artigo 1o - Estabelecer procedimentos entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e a CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, visando a expedição de retificações ou ratificações dos atos administrativos, ou de novos atos dessas entidades, relativos às outorgas de uso dos recursos hídricos, às licenças ambientais e aos processos de controle de poluição da CETESB, decorrentes do Ato Convocatório previsto no artigo 6o do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, a ser realizado por Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI, tendo em vista a implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para os Usuários urbanos e industriais.

Artigo 2o - Para fins desta resolução e para o Ato Convocatório referido no artigo 1o, serão adotadas as seguintes definições:

I - Cadastro de Usuários: informações existentes nos bancos de dados de Outorgas de Recursos Hídricos e de Licenciamentos Ambientais e processos de controle de poluição, disponibilizados pelo DAEE e CETESB, respectivamente, e as informações inseridas pelos Usuários, por meio de declarações de novos usos, retificações ou ratificações das informações disponibilizadas, para viabilizar a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

II - Declaração de novo uso: informação prestada pelo Usuário, sobre usos existentes dos recursos hídricos que não constem dos dados disponibilizados no Ato Convocatório.

III - Retificação: atualização, pelo Usuário, dos dados disponibilizados no Ato Convocatório.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

IV - Ratificação: confirmação, pelo Usuário, dos dados disponibilizados no Ato Convocatório.

V - Usuário urbano, público ou privado: aquele que em seu empreendimento possui uma captação, derivação ou extração de água destinada predominantemente ao uso humano, bem como que tenha consumo de água ou promova o lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água, mesmo fora do perímetro urbano, compreendendo:

a) sistema público: aquele sob responsabilidade do poder público, mesmo que administrado em regime de concessão ou permissão; e

b) solução alternativa privada: toda modalidade, individual ou coletiva, distinta do sistema sob responsabilidade do poder público.

VI - Usuário industrial: aquele que em seu empreendimento possui uma captação, derivação ou extração de água, bem como o consumo de água e o lançamento de efluentes líquidos em corpos d'água, no setor industrial definido de acordo com a classificação nacional de atividades econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Artigo 3o - Por ocasião da publicação do Ato Convocatório serão disponibilizados aos Usuários definidos nos incisos V e VI do artigo 2o, os respectivos dados necessários à implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, mediante formulário eletrônico acessível pelo sítio www.daee.sp.gov.br, em data específica a ser divulgada para cada uma das UGRHI's.

Artigo 4o - Ao declararem novos usos ou retificarem os dados de usos disponibilizados por ocasião do Ato Convocatório, de acordo com o previsto nos incisos I e II do artigo 7o do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, os Usuários deverão apresentar ao DAEE a documentação prevista na Portaria DAEE nº 717, de 23 de março de 1996, e/ou, quando couber, os documentos e estudos previstos nas Resoluções Conjuntas SMA/SERHS nº 1, de 23 de fevereiro de 2005 e SMA/SERHS/SES nº 3, de 21 de junho de 2006, para permitir, ou não, a emissão de nova Outorga ou retificação de Outorga já concedida.

§ 1o - O prazo de apresentação de documentos ao DAEE será de 90 (noventa) dias da declaração, prorrogáveis até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a pedido do Usuário e a critério do DAEE.

§ 2o - No período compreendido entre a declaração de uso de recursos hídricos e o ato de deferimento ou indeferimento da outorga de recursos hídricos, emitido pelo DAEE, não estará o usuário sujeito à penalidade prevista no inciso II do artigo 12 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, sobre os usos declarados.

§ 3o - A emissão de nova Outorga ou retificação de Outorga já concedida ficarão condicionadas à análise da viabilidade técnica da solicitação, conforme a legislação mencionada no caput.

Artigo 5o - Ao retificarem os dados de concentração de $DBO_{5,20}$ disponibilizados por ocasião do Ato Convocatório, os Usuários deverão, de forma concomitante, submeter a alteração à apreciação e aprovação da CETESB, em conformidade com a legislação vigente.

Artigo 6o - No caso de ratificação, os dados confirmados pelos Usuários servirão de base para cálculo e emissão de boleto dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos.

§ 1o - Serão consideradas ratificadas, para efeito da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, as informações disponibilizadas através do Ato Convocatório, para os Usuários que não atenderem à convocação no prazo estabelecido.

§ 2o - Para as atividades não licenciáveis pela CETESB em que haja lançamento de efluentes em corpos d'água, no caso de os Usuários não informarem os valores da concentração de



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

DBO_{5,20}, até o prazo estabelecido no Ato Convocatório, será adotado o valor de concentração para DBO_{5,20} igual a 300 mg/L.

Artigo 7º - Os boletos de cobrança serão emitidos com base nos dados constantes no Cadastro de Usuários, formado a partir do Ato Convocatório e atualizações posteriores.

Artigo 8º - Para fins de cálculo do consumo definido no artigo 9º do Decreto Estadual 50.667 de 30 de março de 2006, deverão ser informados, no formulário eletrônico disponibilizado por ocasião do Ato Convocatório, todos os pontos de captação, derivação ou extração de água e lançamentos de efluentes, localizados em corpos hídricos de domínio do Estado, da União e em redes de distribuição de água e coleta de efluentes, pública ou privada.

Artigo 9º - A CETESB e o DAEE deverão celebrar Termo de Cooperação Técnica para implementação, manutenção e atualização permanente do Cadastro de Usuários para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Artigo 10 - A proposição de valor menor que 1 (um) para o coeficiente ponderador Y3 pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, deverá atender ao estabelecido pela Nota Técnica anexa a esta Resolução, conforme determina o inciso V do artigo 3º da Deliberação CRH nº 63, de 04 de setembro de 2006.

Artigo 11 - Os Usuários de recursos hídricos, definidos nos incisos V e VI do artigo 2º, são responsáveis pelo cumprimento da legislação ambiental vigente, independentemente dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Artigo 12 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO Resolução SERHS/SMA/001/2006
22 DE DEZEMBRO DE 2006

NOTA TÉCNICA - Estabelecimento de redutor ao valor atribuído ao Coeficiente Ponderador Y3 nos casos em que o efluente lançado ao corpo receptor corresponda a uma qualidade superior ao padrão estabelecido em legislação e normas complementares, como determina a Deliberação CRH nº 63 de 04 de setembro de 2006

1. Atendidas as exigências do licenciamento ambiental e os padrões de lançamento de efluentes e de qualidade do corpo receptor legalmente definidos, a proposição de valor menor que 1 (um) para o Coeficiente Ponderador Y3 pelos Comitês de Bacias Hidrográficas poderá se dar nos casos em que: o sistema de tratamento de águas residuárias apresentar índice de remoção de carga orgânica superior a 80% (oitenta por cento) e atender ao padrão de qualidade do corpo receptor para DBO_{5,20}; e a concentração de DBO_{5,20} no efluente final do sistema de tratamento de águas residuárias não acarretar aumento da desconformidade em relação ao enquadramento do corpo receptor, caso esta já ocorra a montante do ponto de lançamento.

2. Os usuários urbanos e industriais deverão comprovar o atendimento ao estabelecido no item 1 por meio de amostragens representativas da qualidade dos efluentes e do corpo receptor, sendo que ambas deverão ocorrer de forma simultânea.

2.1. Amostragem representativa em sistema de tratamento de esgotos urbanos: em sistemas que atendem contingentes populacionais de até 10.000 habitantes, deverão ser coletadas no mínimo 3 amostras compostas dos esgotos brutos e tratados, distribuídas no período contínuo das 06:00h às 20:00h; em sistemas que atendem contingentes populacionais superiores a 10.000 habitantes, deverão ser coletadas no mínimo 4 amostras compostas dos esgotos brutos e tratados, distribuídas no período contínuo de 24 horas; para o esgoto bruto, as alíquotas para composição da amostra composta deverão ser coletadas de 30 em 30 minutos, de forma proporcional à vazão; para o esgoto tratado, as



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

alíquotas para composição da amostra composta deverão ser coletadas no mesmo período da amostragem do esgoto bruto, a cada 60 minutos, com volume fixo.

2.2. Amostragem representativa de efluentes líquidos industriais: em indústrias com processamento industrial ininterrupto (operação 24 horas/dia) deverão ser coletadas 4 amostras compostas dos efluentes bruto e tratado; nas demais indústrias deverão ser coletadas no mínimo 3 amostras compostas dos efluentes bruto e tratado; para o efluente bruto, as amostras deverão ser compostas com alíquotas proporcionais à vazão, coletadas a cada 30 minutos; para o efluente tratado, as amostras deverão ser coletadas no mesmo período da amostragem do esgoto bruto com alíquotas de volume fixo, coletadas a cada 60 minutos; a amostragem deverá ser realizada compreendendo todo o período produtivo diário, devendo ser informados os dados de produção; indústrias que não operem durante os finais de semana deverão realizar as amostragens na 4a, 5a ou 6a feira.

2.3. Amostragem representativa da qualidade do corpo d'água receptor:

a amostragem deverá ser constituída por no mínimo 4 amostras simples, coletadas a montante e a jusante do ponto de lançamento do efluente no corpo receptor; no local definido a jusante, os efluentes já devem estar misturados à massa líquida; a amostragem deve ocorrer em período crítico de vazão do corpo d'água receptor (período de estiagem), descrito nos Planos de Bacia Hidrográfica ou informado pelo DAEE; deverão ser registrados dados de vazão no momento da coleta, sejam por medição específica ou obtidos a partir de postos fluviométricos existentes nas proximidades do ponto de coleta, os quais devem estar associados ao perfil de vazões do corpo d'água;

2.4. A comprovação do atendimento aos padrões de qualidade dos corpos d'água receptores (conformidade com o enquadramento) para o parâmetro DBO_{5,20}, também poderá ser feita pela apresentação de estudo da capacidade de suporte de carga do corpo de água receptor.

3. A realização da análise laboratorial do parâmetro DBO_{5,20} e a emissão do respectivo Boletim de Análise devem atender ao estabelecido pela Resolução SMA nº 37 de 30.08.06, que dispõe sobre os requisitos dos laudos analíticos submetidos aos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA e, de acordo com o artigo 3º, entra em vigor após dois anos da data de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

3.1. Alternativamente, caso o parâmetro DBO não seja acreditado pelo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial, na Norma 17.025, durante este período de dois anos, devem ser seguidos os seguintes procedimentos: os laudos devem ser assinados por profissionais que possuam registro no respectivo Conselho profissional competente (ex.: CRQ e outros); devem ser realizados os cálculos das incertezas de medição; devem estar disponíveis à CETESB os esquemas de controle de qualidade; o resultado analítico deverá ser apresentado em língua portuguesa e deverá conter, no mínimo, as informações constantes dos itens 5.10.1; 5.10.3; 5.10.5; 5.10.6; 5.10.8 e 5.10.9 da norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025.

Os resultados das campanhas de amostragem deverão estar consolidados em relatório técnico conclusivo, assinado por profissional devidamente habilitado e acompanhado por recolhimento de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART ou similar, devendo conter, no mínimo: laudos laboratoriais, conforme estabelecido no item 3; vazões do corpo d'água medidas no momento da coleta e comprovação de representar condição crítica do corpo receptor; apresentação de demonstrativo do cálculo das vazões dos efluentes bruto e tratado; cálculo das cargas orgânicas potencial (efluente bruto) e remanescente (efluente tratado); e eficiência de remoção do sistema de tratamento de efluentes.

As condições anteriores podem ser revistas quando da definição de metas de qualidade de água pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, conforme definidas na Resolução CONAMA357/05.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Deliberação CRH/090/2008
10 DE DEZEMBRO DE 2008

Aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH no exercício de suas atribuições e considerando:

- a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Política e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo;
- o art. 6º Inciso I da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre limites e condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos;
- o Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005;
- que a Deliberação CRH nº 63, de 04 de setembro de 2006, ao aprovar os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do Estado de São Paulo até o final de 2008, determinou em seu artigo 7º, que o CRH deveria reavaliar a referida norma, no segundo semestre de 2008, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2009;
- as etapas a serem cumpridas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas para início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo, na forma estabelecida pelo artigo 14 do Decreto nº 50.667;
- os estudos e trabalhos desenvolvidos previamente, principalmente pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Piracicaba, Capivari e Jundiá - CBH-PCJ, Paraíba do Sul - CBH - PS, e os "Estudos Técnicos em Apoio à implementação da Cobrança na UGRHI-6" pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH-AT;
- que a implantação da cobrança deve ser acompanhada por amplo processo de divulgação para os usuários de recursos hídricos e demais setores sociais dos CBH's;
- que as etapas de elaboração de cadastro dos usuários de recursos hídricos, de simulações dos valores a serem pagos pelos usuários e de consolidação dos dados para a emissão dos respectivos boletos de cobrança são fundamentais para a efetiva implementação da cobrança como instrumento de gestão de recursos hídricos;
- a necessidade de previsão orçamentária pelos setores usuários que estarão sujeitos à cobrança pela utilização de recursos hídricos;

Delibera:

Artigo 1º - Esta deliberação aplica-se aos usuários urbanos e industriais sujeitos à cobrança pela utilização dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, conforme disposto no Artigo 1º das Disposições Transitórias da Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e no artigo 8º do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006.

Artigo 2º - A implantação da cobrança pela utilização de recursos hídricos será efetuada conforme as etapas principais indicadas no fluxograma constante do Anexo 1 desta Deliberação.

Artigo 3º - Para implantação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, os Planos de Bacias Hidrográficas, elaborados e complementados em conformidade com a Deliberação CRH nº 62/2006, deverão ser previamente aprovados pelos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH's.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Artigo 4º - Para a proposta dos Coeficientes Ponderadores referidos no artigo 12 do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, os CBH's deverão:

- I - considerar a situação da respectiva Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI e as metas propostas pelo seu Plano de Bacia;
- II - adotar, até 2010, os coeficientes ponderadores descritos no Anexo 2, propondo os respectivos valores;
- III - manter os valores unitários circunscritos já indicados no Anexo 2;
- IV - propor valores maiores que zero para todos os Coeficientes Ponderadores;
- V - propor valor menor que 1 (hum) para o Coeficiente Ponderador Y3, em decorrência do disposto no §2º do artigo 12 do Decreto nº 50.667 de 30 de março de 2006, nos casos que o lançamento corresponder a uma qualidade superior ao padrão, de acordo com Nota Técnica anexa à Resolução SERHS/SMA - 1, de 22-12-2006.

§1º - Os CBH's poderão adotar os valores de coeficientes ponderadores sugeridos no Anexo 2.

§2º - Os demais Coeficientes Ponderadores previstos na Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, e no Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, não serão utilizados nesta fase.

Artigo 5º - A cobrança pela utilização dos recursos hídricos deverá obedecer aos limites e descontos constantes dos Artigos 12, 15 e Artigo 4º das Disposições Transitórias da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005.

§1º - O Preço Unitário Final para fins de consumo (PUF_{CONS}) deverá respeitar o limite máximo de 0,002156 UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo) por metro cúbico consumido, até o final do exercício de 2010.

§2º - Outros limites e condicionantes poderão ser propostos pelos CBH's em sua área de atuação e serão submetidos à referenda do CRH.

Artigo 6º - Os CBH's, para início da implantação da cobrança, deverão encaminhar ao CRH suas propostas de valores para coeficientes ponderadores, preços, limites e condicionantes e demais documentos pertinentes, até o dia 10 de um dos seguintes meses: fevereiro, junho ou outubro.

Artigo 7º - Ficam definidos os prazos mínimos necessários para a adequada realização das atividades abaixo relacionadas, estabelecidas no Anexo I:

- I. a campanha de divulgação da cobrança deverá ter início 30 (trinta) dias antes da publicação do Ato Convocatório e deverá envolver a participação ativa dos membros dos CBH's junto aos setores que representam;
- II. o Ato Convocatório deverá prever um prazo de 90 (noventa) dias para o cadastramento dos usuários, podendo ser prorrogado, a critério do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para apresentação de documentos dependendo da complexidade e do número de usuários da bacia hidrográfica;
- III. os CBH's, após a elaboração dos estudos econômico-financeiros para a definição de valores de PUB (Preço Unitário Básico) e coeficientes, deverão disponibilizar aos usuários as simulações dos valores a serem pagos pela cobrança, até 30 de agosto do ano anterior ao início da mesma, para as necessárias previsões orçamentárias.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

*PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA*

Artigo 8º - O período para fins de cálculo do montante a ser cobrado deverá ser anual e coincidente com o exercício fiscal.

§ 1º - A cobrança não poderá ser retroativa, respeitada a data de sua implantação;

§ 2º - No ano de início da cobrança, caso a mesma não seja efetuada a partir do primeiro mês do exercício fiscal, o montante a ser cobrado será calculado proporcionalmente aos meses subsequentes até o final do exercício, dividido em parcelas iguais correspondentes.

Artigo 9º - A presente deliberação deverá ser reavaliada pelo CRH, no segundo semestre de 2010, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2011.

Artigo 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Deliberações CRH números 63, de 04 de setembro de 2006, e 81, de 18 de junho de 2008.

Artigo 11 - Esta Deliberação entrará em vigor em 01.01.2009.

FRANCISCO GRAZIANO NETO
PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

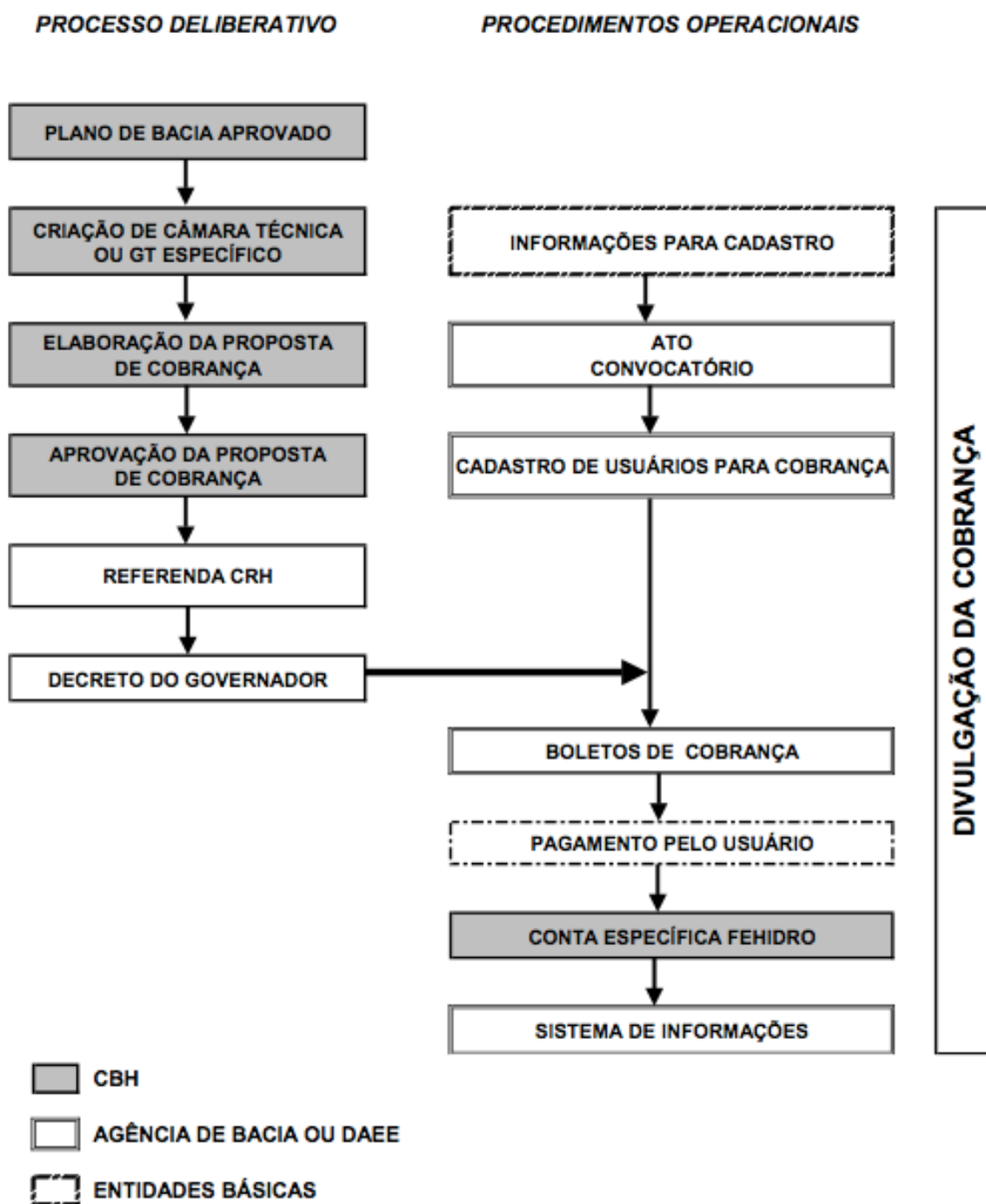


COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

ANEXO 1 - Deliberação CRH/090/2008
10 DE DEZEMBRO DE 2008

FLUXOGRAMA DE PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DA COBRANÇA





COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

ANEXO 2 - Deliberação CRH/090/2008

10 DE DEZEMBRO DE 2008

VALORES PARA OS COEFICIENTES PONDERADORES

1. COEFICIENTES PONDERADORES PARA CAPTAÇÃO, EXTRAÇÃO E DERIVAÇÃO

a) a natureza do corpo d'água	X_1	superficial	0,95
		subterrâneo	1,05
b) a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação (Decreto Estadual 10.755/77)	X_2	classe 1	1,1
		classe 2	1
		classe 3	0,95
		classe 4	0,9
c) a disponibilidade hídrica local (Vazão Total de Demanda/Vazão de Referência) Vazão de Ref = Vazão $q_{7,10}$ + Vazão Potencial dos Aqüíferos Local = Divisão de sub-UGRHI na UGRHI, se não existir é para UGRHI	X_3	muito alta (< 0,25)	0,9
		alta (entre 0,25 e 0,4)	0,95
		média (entre 0,4 e 0,5)	1
		crítica (entre 0,5 e 0,8)	1,05
		muito crítica (acima de 0,8)	1,1
d) o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas	X_4	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
e) o volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X_5	sem medição	1
		com medição	1
f) o consumo efetivo ou volume consumido	X_6	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
g) a finalidade do uso	X_7	sistema público	1
		solução alternativa	1
		indústria	1
h) a sazonalidade	X_8	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
i) as características dos aqüíferos	X_9	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
j) as características físico-químicas e biológicas da água	X_{10}	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
l) a localização do usuário na bacia	X_{11}	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
m) as práticas de conservação e manejo do solo e da água	X_{12}	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
n) a transposição de bacia	X_{13}	existente	1
		não existente	1

Obs1: O valor do coeficiente já preenchido com o valor unitário e circunscrito em um quadrado não poderá ser alterado.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

2. COEFICIENTES PONDERADORES PARA CONSUMO

a) a natureza do corpo d'água	X_1	*	1
b) a classe de uso preponderante em que estiver enquadrado o corpo d'água no local do uso ou da derivação	X_2	*	1
c) a disponibilidade hídrica local	X_3	*	1
d) o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas	X_4	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
e) o volume captado, extraído ou derivado e seu regime de variação	X_5	*	1
f) o consumo efetivo ou volume consumido	X_6		
g) a finalidade do uso	X_7	*	1
h) a sazonalidade	X_8	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
i) as características dos aquíferos	X_9	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
j) as características físico-químicas e biológicas da água	X_{10}	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
l) a localização do usuário na bacia	X_{11}	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
m) as práticas de conservação e manejo do solo e da água	X_{12}	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
n) a transposição de bacia	X_{13}	*	1

* Coeficiente ponderador já considerado para captação, extração e derivação

Obs1: O valor do coeficiente já preenchido com o valor unitário e circunscrito em um quadrado não poderá ser alterado.

3. COEFICIENTES PONDERADORES PARA DILUIÇÃO, TRANSPORTE E ASSIMILAÇÃO DE EFLUENTES (CARGA LANÇADA)

a) a classe de uso preponderante do corpo d'água receptor	Y_1	classe 2	1
		classe 3	0,95
		classe 4	0,9
b) o grau de regularização assegurado por obras hidráulicas	Y_2	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
c) a carga lançada e seu regime de variação, atendido o padrão de emissão requerido para o local	Y_3	>95 % de remoção	0,8
		>90 a ≤95 % de remoção	0,85
		>85 a ≤90% de remoção	0,9
		>80 a ≤85% de remoção	0,95
		= 80% de remoção	1
d) a natureza da atividade	Y_4	sistema público	1
		solução alternativa	1
		indústria	1
e) a sazonalidade	Y_5	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
f) a vulnerabilidade dos aquíferos	Y_6	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
g) as características físico-químicas e biológicas do corpo receptor no local do lançamento	Y_7	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
h) a localização do usuário na bacia	Y_8	não utilizar (Artigo 4º §2º)	
i) as práticas de conservação e manejo do solo e da água	Y_9	não utilizar (Artigo 4º §2º)	

Obs1: O valor do coeficiente já preenchido com o valor unitário e circunscrito em um quadrado não poderá ser alterado.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Deliberação CRH/111/2009
10 DE DEZEMBRO DE 2009

Estabelece conteúdo mínimo dos estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo a ser apresentado pelos Comitês de Bacias para referendo do CRH

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, considerando:

- a Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores, e dá outras providências;
- o Decreto 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamenta dispositivos da Lei 12.183 de 29 de dezembro de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos para fins de abastecimento público e uso industrial do domínio do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas;
- o artigo 14 do Decreto 50.667, de 30 de março de 2006, que determina as etapas a serem atendidas para a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para fins de abastecimento público e uso industrial do domínio do Estado de São Paulo, por bacia hidrográfica;
- o inciso IV do artigo 14 do Decreto 50.667, de 30 de março de 2006, que estabelece como uma das etapas para implantação da cobrança a aprovação, pelos CBH's, de proposta ao CRH contendo: os programas quadrienais a serem efetivamente realizados, as parcelas de investimentos a serem cobertas com o produto da cobrança, os valores a serem cobrados na Bacia e a forma e periodicidade da cobrança;
- a Deliberação CRH no 71, de 25 de julho de 2007, que institui a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos, com o objetivo de analisar propostas, discutir e propor diretrizes e procedimentos que venham orientar e agilizar a implementação deste instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- o artigo 2o da Deliberação CRH no 71, de 25 de julho de 2007, que estabelece as competências da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos;
- a Deliberação CRH no 101, de 09 de setembro de 2009, que aprova a minuta de decreto que regulamenta a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo pelos usuários rurais, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 1o das Disposições Transitórias da Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005;
- que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos deve ser amplamente discutida com os setores usuários, de forma a aproximá-los da gestão dos recursos hídricos, reconhecendo a sua importância e que as etapas deste processo devem estar relatadas no estudo, desde a formação de grupo ou câmara técnica específica, até a aprovação da proposta de cobrança pelo CBH;

Delibera:

Artigo 1o - Fica estabelecido o conteúdo mínimo dos estudos técnicos e financeiros para fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, a ser contemplado nas propostas apresentadas pelos CBH's, as quais serão submetidas às devidas Câmaras Técnicas deste Conselho para avaliação e posterior encaminhamento ao mesmo, conforme segue:

- I. Plano de Bacia aprovado e atualizado, em conformidade com a Deliberação CRH nº 62, de 04 de setembro de 2006;
- II. A indicação da efetivação do cadastro específico de usuários, nos termos do artigo 6º do



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006;
- III. A caracterização sucinta da Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI;
 - IV. O histórico dos trabalhos relativos à cobrança na bacia hidrográfica, com indicação dos segmentos participantes e das reuniões e oficinas realizadas para discussão e formulação das propostas de mecanismos de cobrança;
 - V. A comprovação da qualificação e composição da Plenária do CBH que aprovou a proposta de cobrança, em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 6º da Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005;
 - VI. O perfil socioeconômico do universo dos usuários, compreendendo a distribuição física da população, discriminação por tipo de uso, distribuição por setor de atividade, serviços públicos de abastecimento, industrial e rural;
 - VII. A definição do percentual das ações do Plano de Bacia que serão financiadas com recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.
 - VIII. A avaliação quantitativa e em valores monetários, da importância da captação, do uso consuntivo e do uso para diluição e assimilação de efluentes, com ênfase especial na avaliação da importância da carga orgânica, expressa por meio do parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio, previstos para a fase inicial da cobrança;
 - IX. A avaliação dos impactos da cobrança sobre o preço econômico da água para irrigação e seu uso na atividade rural;
 - X. A avaliação dos impactos da cobrança sobre o preço econômico da água para os usuários urbanos, prevendo-se o valor transferido para os consumidores residenciais e para as indústrias;
 - XI. A avaliação dos impactos da cobrança sobre o preço econômico da água para os setores usuários industriais enfocando os custos de produção;
 - XII. A estimativa de usos outorgados e número de usuários, estimativa de usuários ainda não integrados ao sistema;
 - XIII. A justificativa dos Preços Unitários Básicos – PUB's, bases de cálculo e coeficientes ponderadores a serem adotados para captação, consumo e carga poluidora na UGRHI;
 - XIV. O estabelecimento da forma de cobrança, valor mínimo para emissão de boleto, periodicidade da cobrança, forma de progressividade, caso pertinente;
 - XV. A situação do CBH em relação ao atendimento ao Artigo 14 do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006;
 - XVI. A composição da receita da cobrança segundo sua origem, setor de atividade, categoria de usuário e montante do valor a ser arrecadado;
 - XVII. Os planos de investimentos para aplicação dos recursos em obras ou ações previstas no Plano de Bacia para atendimento às metas estabelecidas, e as parcelas dos investimentos a serem cobertos com o produto da cobrança;
 - XVIII. O histórico do uso dos recursos do FEHIDRO na UGRHI;
 - XIX. A estrutura existente e o desempenho da entidade responsável pela cobrança;

Artigo 2º - Fica estabelecido o conteúdo mínimo da deliberação do CBH que aprova a proposta de cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, conforme segue:

- I. Constituem considerandos:
 - a. a Lei nº 7.663/91;
 - b. a criação do CBH;
 - c. a Lei nº 12.183/05, regulamentada pelo Decreto nº 50.667/06;
 - d. a deliberação do CBH que definiu a data de início da implantação da cobrança na UGRHI;



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

- e. a deliberação do CBH que aprova o Plano de Bacias;
 - f. a criação do Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica de Cobrança;
 - g. o cadastro específico de usuários;
 - h. as deliberações do CRH que estabelecem os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
 - i. que os órgãos gestores realizarão a revisão e a consolidação dos dados cadastrais dos usuários, auxiliando na constituição de banco de dados específico para a cobrança na Bacia.
- II. Os Preços Unitários Básicos (PUB's) definidos pelo CBH para:
- a. captação, extração e derivação: PUB_{cap}
 - b. consumo: PUB_{cons}
 - c. lançamento: $PUB_{DBO\ 5,20}$
- III. A progressividade de aplicação da cobrança, caso o CBH tenha optado por implantar a cobrança progressiva;
- IV. O valor total da cobrança que cada usuário deverá pagar será calculado com base nos usos de recursos hídricos a serem efetuados no ano do pagamento, a partir da data do início de sua utilização até 31 de dezembro do mesmo ano;
- V. A definição da periodicidade de pagamento dos boletos - em parcela única ou em até 12 parcelas mensais de igual valor;
- VI. O estabelecimento do valor mínimo a ser cobrado (de acordo com os custos operacionais para realização da cobrança);
- VII. A enumeração, justificativa e definição dos Coeficientes Ponderadores (CP), conforme estabelecido em legislação específica vigente;
- VIII. Definir onde serão aplicados os recursos arrecadados com a cobrança, de acordo com as metas prioritárias estabelecidas no Plano de Bacia;
- IX. Prever a necessidade de revisão, pelo CBH, dos termos constantes desta Deliberação após dois anos contados a partir da emissão dos boletos de cobrança na Bacia.

Artigo 3o - Esta Deliberação entra em vigor a partir desta data.

FRANCISCO GRAZIANO NETO
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO PARANAPANEMA
COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA UGRHI 17

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO
MATERIAL DE REFERÊNCIA

Deliberação CRH/123/2011
21 DE MARÇO DE 2011

Prorroga a validade da Deliberação CRH nº 90 de 10 de dezembro de 2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH no exercício de suas atribuições e considerando:

- a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Política e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo;
- o art. 6º Inciso I da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre limites e condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos;
- o Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, que regulamenta dispositivos da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005;
- que a Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, ao aprovar os procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do Estado de São Paulo até o final de 2010, determinou em seu artigo 7º, que o CRH deveria reavaliar a referida norma, no segundo semestre de 2010, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2011;
- as etapas a serem cumpridas pelos Comitês de Bacias Hidrográficas para início da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de São Paulo, na forma estabelecida pelo artigo 14 do Decreto nº 50.667;
- que a cobrança está implantada em apenas três Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI's;
- que as etapas de divulgação, elaboração de cadastro dos usuários de recursos hídricos, de simulações dos valores a serem pagos pelos usuários e de consolidação dos dados para a emissão dos respectivos boletos de cobrança são fundamentais para a efetiva implementação da cobrança como instrumento de gestão de recursos hídricos em ainda 18 UGRHI's;

Delibera *ad-referendum*:

Artigo 1º - Fica prorrogada a validade da Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, até 31.12.2011, devendo ser reavaliada no segundo semestre de 2011, para efeito da continuidade da cobrança a partir de 2012;

Artigo 2º - Esta Deliberação entrará em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial.

EDSON GIRIBONI
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos